

Sumário

Número de notícias: 43 | Número de veículos: 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Renan Bolsonaro abriu empresa com ajuda de lobista de alvo da CPI..... 4

O GLOBO - RJ - RIO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ex-garçon: Receita identificou indícios de sonegação fiscal.....7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Notícias de um manicômio chamado Brasil (Artigo).....8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lobista ajudou 04 na abertura de empresa..... 9

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

"Se quer paz, se prepare para a guerra".....10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

A boiada, agora, passa sobre o capital - MARIA CRISTINA FERNANDES.....11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Novos servidores beneficiados..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
SERVIDOR PÚBLICO

Qualidade no serviço público vai além da estabilidade - EIXO CAPITAL..... 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Leis que alimentam desigualdades (Artigo).....16

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Reforma administrativa afeta contratos temporários atuais.....17

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SERVIDOR PÚBLICO

Concurso público..... 18

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Aprovada reforma do IR..... 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bombas ameaçam PIB até 2022 - VINICIUS TORRES FREIRE..... 20

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estados vão a Pacheco por redução de tarifas - COLUNA DO ESTADÃO..... 21

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator negocia saída para desoneração da folha.....23

VALOR ONLINE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira avalia adiar análise do código eleitoral para evitar nova onda de resistência à reforma do IR

..... 24

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inflação em alta freia o consumo das famílias 25

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com apoio da oposição, Câmara aprova reforma do Imposto de Renda 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CAPA
ECONOMIA

PIB do Brasil perde força e cai 0,1% no 2º trimestre 27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Ministros trabalham para separar governo das falas presidenciais - BRASÍLIA - DF 29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Agronegócio e indústria decepcionam 31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

PIB cai e analistas reduzem projeções 32

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

É cada vez maior a insatisfação de empresários - MERCADO S/A 34

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Economia em retração (Editorial) 36

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

País pode ter que racionar energia, diz vice-presidente 37

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

País estagnado (Editorial) 38

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

PIB recua no 2º tri, e crises política e hídrica ameaçam retomada 39

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Motor da economia, consumo das famílias fica estagnado no trimestre 42

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

PIB ainda despiora, volta a 2019 e deixa o povo para trás, sem emprego e renda 43

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Governo Bolsonaro passa pela maldição do 3º ano de mandato 45

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Vacinação atrasada limitou atividade, avaliam economistas.....	47
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Números confirmam cenário desafiador para 2022.....	51
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Defesa ganha reforço no Orçamento de 2022.....	52
FOLHA DE S. PAULO - SP - SAÚDE ECONOMIA	
Bolsonaro diminui em 85% verba para compra de vacinas.....	55
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Estiagem derruba agro e projeção é de cenário ainda pior.....	58
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Mais um PIB medíocre nos espera no fim do governo.....	60
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Guedes reafirma "volta em V" no Brasil.....	61
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
Projeto de reforma administrativa deixa a desejar (Editorial).....	63
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
Resultado do PIB no segundo trimestre liga alerta para 2022 (Editorial).....	64
O GLOBO - RJ - POLÍTICA ECONOMIA	
Carlos pagou R\$ 150 mil em dinheiro vivo com salário de R\$ 4,5 mil.....	65
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Setor externo perderá fôlego com demanda menor e incerteza.....	66
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
País vai na contramão global e tem o 40º pior desempenho no período.....	67
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Economia debilita Bolsonaro, diz pesquisa.....	68

Renan Bolsonaro abriu empresa com ajuda de lobista de alvo da CPI



Constança Rezende e Raquel Lopes Brasília

A empresa de Jair Renan Bolsonaro, a Bolsonaro Jr Eventos e Mídia, foi aberta com a ajuda do lobista Marconny Albernaz de Faria, apontado pela CPI da Covid do Senado como um dos intermediários da Precisa Medicamentos, mostram trocas de mensagens.

As informações constam de conversas no WhatsApp obtidas pela Folha entre o advogado e o filho mais novo do presidente Jair Bolsonaro, após quebra judicial de sigilo do lobista a pedido do Ministério Público Federal do Pará, e de análise de documentos da **Receita Federal**.

Os diálogos foram enviados à CPI pela Procuradoria, depois que os investigadores daquele estado, que apuravam a influência do lobista em uma indicação para órgão público, viram que Marconny havia sido citado nas negociações da Precisa Medicamentos.

A Precisa está no centro das apurações da CPI por suspeitas de irregularidades nas negociações da vacina indiana Covaxin. O Ministério da Saúde decidiu encerrar o contrato de R\$ 1,6 bilhão com a empresa para a compra de 20 milhões de doses do imunizante.

De acordo com os diálogos, o lobista e Jair Renan começaram a tratar do tema no dia 17 de setembro de 2020, quando Marconny lhe escreveu: "Bora resolver as questões dos seus contratos!! Se preocupe com isso. Como te falei, que o William estamos a sua disposição para ajudar te ajudar", disse.

Jair Renan, segundo as transcrições, reproduzidas nesta reportagem de forma literal, respondeu: "Show irmão. Eu vou organizar com Allan a gente se

encontrar e organizar tudo". Em seguida, o filho do presidente diz que precisa abrir um processo para registrar a marca no IN PI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) e abrir o MEI, o registro de microempreendedor.

Marconny afirmou: "Temos que marcar uma reunião para me dizer o que está precisando. bora marcar na segunda", diz, ao que o filho do presidente responde com "Talkei" (referência a "tá ok", expressão usada com frequência por seu pai para confirmação).

No mesmo dia, o lobista mandou uma mensagem para o advogado William de Araújo Falcomer dos Santos, que o representa na CPI da Covid: "Posso marcar uma reunião como Renan Bolsonaro na segunda às 16h?", ao que o advogado diz que "pode, marcado".

No dia 22 de setembro, Marconny pede que William lhe envie a localização de seu escritório para passar a Jair Renan e recebe um "já mando" como resposta.

Em 1 de outubro, o lobista mandou uma reportagem sobre a inauguração da empresa de Jair Renan para William, que respondeu: "Fui lá ontem. Tava legal". Três dias depois, William disse: "Renan veio aqui hj. Fiz o certificado. Conversamos algumas coisas", e Marconny respondeu: "coisa boa". Em seguida, o advogado diz: "Amanhã ele assina a abertura da 1 empresa dele".

O telefone registrado no cadastro da **Receita Federal** como sendo da Bolsonaro Jr Eventos é o mesmo contato do escritório de William de Araújo Falcomer dos Santos. Nesta terça-feira (31), a Folha ligou para o local e a secretária confirmou que se tratava do escritório de William e disse que ele estava em viagem.

O advogado não respondeu os contatos feitos pela Folha por telefone, celular, e-mails e mensagens no WhatsApp. Marconny e a Precisa Medicamentos também não se pronunciaram sobre o caso.

Jair Renan não respondeu o e-mail enviado pela Folha no endereço divulgado pelo filho do presidente em sua conta oficial do Instagram como sendo de sua assessoria.

Frederick Wassef, advogado de Jair Renan Bolsonaro,

disse que o filho do presidente não tem nenhuma relação com o advogado William.

Segundo Wassef, William e Jair Renan se conheceram em um evento, em 2019, por intermédio de uma amiga em comum. Os dois teriam se visto poucas vezes em situações como jogos de futebol.

O advogado de Jair Renan frisou que não existe relação de negócio ou amizade, mas contou que o filho do presidente foi apresentado ao lobista Marconny por William.

"Renan é uma pessoa pública e volta e meia está em eventos, em festas e tem muitos conhecidos, é comum que ele conheça várias pessoas. Conheceu esse advogado no começo de 2019 e não tem e nunca teve qualquer tipo de relação com ele", disse Wassef.

"Não o contratou, nunca teve relação comercial, jamais fizeram qualquer negócio juntos, nada. Uma entre as centenas de pessoas que ele conhece, que viu poucas vezes de forma esporádica em eventos públicos e sociais."

A defesa não confirmou as trocas de mensagem por WhatsApp. Wassef afirmou ainda que William ajudou Jair Renan em orientações verbais sobre como ele faria para criar uma empresa. No entanto, foi um contador que abriu o negócio do filho de Bolsonaro.

Ele disse que Jair Renan colocou o número de William no cadastro da Receita por ser uma figura pública. "O Renan à época dos ratos não tinha nenhum telefone fixo. Ele pediu para o advogado e asou o telefone dele. Tanto que não tinha nada de mais."

A empresa de Jair Renan foi constituída no site da **Receita Federal** como de serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas, no dia 16 de novembro.

Ele inaugurou o empreendimento junto com o seu ex-personal trainer, Allan Lucena, no camarote 311 do estádio Mané Garrincha, em Brasília.

O empreendimento é investigado pela Polícia Federal por suposto tráfico de influência. O inquérito foi instaurado a partir de um pedido feito pela PRDF (Procuradoria da República no Distrito Federal), no dia 8 de março.

Em dezembro, a Folha revelou que a cobertura com fotos e vídeos da festa de inauguração da empresa do filho 04 do presidente foi realizada gratuitamente por uma produtora de conteúdo digital e comunicação corporativa que presta serviços ao governo federal. A empresa havia recebido R\$ 1,4 milhão do governo

Bolsonaro naquele ano.

A Folha também revelou que o presidente Jair Bolsonaro recebeu no Palácio do Planalto o empresário Wellington Leite, que doou um carro elétrico avaliado em R\$ 90 mil para um projeto parceiro da empresa de Jair Renan.

O relator da CPI da Covid, Renan Calheiros (MDB-AL), chegou a afirmar que Marconny de Faria era lobista da Precisa após exibir um áudio durante uma sessão da comissão. "Esse que está falando é o depoente com o Marconny Farias, outro lobista da Precisa e de outros negócios do Ministério da Saúde."

Em diálogos, o lobista conversava com o empresário e ex-secretário da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) José Ricardo Santana, em junho de 2020, sobre a venda de 12 milhões de testes rápidos pela Precisa ao Ministério da Saúde.

ACGU (Controladoria-Geral da União) apontou evidências de tentativa de interferência no processo com a ajuda de Roberto Dias, ex-diretor de Logística da pasta, para beneficiar a Precisa.

Marconny também encaminhou mensagens de Danilo Trento, diretor da Precisa Medicamentos, para Ricardo, em junho do ano passado. Ele explicava como funcionará o processo de aquisição dos testes.

A CPI aprovou em 16 de agosto requerimento para que Marconny seja ouvido.

"As mensagens reforçam as suspeitas sobre a atuação de Roberto Dias no Ministério da Saúde e deixam claro existir de fato um mercado interno no Ministério que busca facilitar compras públicas e beneficiar empresas, assim como o poder de influência da empresa Precisa Medicamentos antes da negociação da vacina Covaxin", justificou o vice-presidente do grupo, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), autor do pedido.

O depoimento de Marconny deve ser realizado nesta quinta-feira (2) -já estava marcado, mas chegou a estar ameaçado após ele apresentar atestado médico válido por 20 dias.

O período de recuperação chegou a ser ironizado pelos senadores da CPI. "Se um trabalhador brasileiro tiver o que o doutor Marconny teve, duvido ele conseguirão dias para ficar em casa com uma dor pélvica", disse o presidente da CPI, Omar Aziz (PSD-AM).

Randolfe depois afirmou que manteve contato com o médico, que levantou dúvidas sobre a real situação do

paciente e, por isso, o depoimento foi confirmado para esta quinta.

"O médico que concedeu o atestado do senhor Marconny Faria entrou em contato conosco e disse que notou uma simulação por parte do paciente e que deseja cancelar o mesmo. Com isso, amanhã receberemos o Sr. Marconny na CPI da Covid", escreveu o senador em suas redes sociais.

CGU aponta fraude e abre processo contra a Precisa

Vinícius Sassine

O corregedor-geral da União, Gilberto Waller Júnior, instaurou um PAR (processo administrativo de responsabilização) contra a Precisa Medicamentos, responsável pela intermediação da vacina indiana Covaxin.

A decisão é do dia 24 de agosto, após a conclusão de uma investigação preliminar sumária, um tipo de apuração que antecede a formalização de um processo. O procedimento aponta fraude e "comportamento inidôneo" por parte da Precisa, alvo central da CPI da Covid no Senado.

Um segundo processo foi aberto pelo corregedor-geral, no mesmo dia, para investigar irregularidades praticadas pela Bharat Biotech, a fabricante indiana da vacina que estabeleceu uma parceria com a Precisa.

Reportagem publicada pela Folha no dia 13 de agosto mostrou que a área técnica da CGU (Controladoria-Geral da União) havia decidido pela abertura de processo para eventual punição da Precisa, na contramão do discurso do ministro Wagner Rosário.

O ministro, desde o início, fez a ponte com o Palácio do Planalto e minimizou a gravidade das fraudes.

O procedimento é mantido em sigilo. A CGU não deu publicidade à instauração do PAR, como usualmente ocorre nesses casos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

56

Ex-garçom: Receita identificou indícios de sonegação fiscal

RAFAEL NASCIMENTO DE SOUZA E RAFAEL GALDO

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Notícias de um manicômio chamado Brasil (Artigo)

EVERARDO MACIEL

Não acreditei quando li na imprensa, há algum tempo, que setores não apenas postulavam a redução de sua carga tributária, mas pretendiam aumentar a carga de outros. Presumi, equivocadamente, que o repórter não entendera o que foi dito.

Antes, existiam movimentos, nem sempre legítimos, visando à redução de carga tributária de empresas ou setores. Agora, esses movimentos, muitas vezes, buscam aumentar a dos outros. A matéria tributária se transformou, pois, num circo de horrores e os projetos de "reforma", em exercícios de predação, inclusive entre os entes federativos.

Para dar curso à predação se faz uso da linguagem como instrumento de manipulação, a exemplo de: eliminação de "distorções", que desconsideram o imperativo constitucional de redução das desigualdades regionais de renda e passam ao largo da sonegação e do planejamento tributário abusivo, que são distorções verdadeiras no sistema tributário; "alinhamento internacional", que supõe práticas que não são universais, média de alíquotas nominais que nada significam etc, quando o que de fato atrai investimento são diferenciais na competição tributária (em disputas esportivas com os EUA, recomenda-se que o Brasil opte pelo futebol, em lugar do basquetebol); remissão à "literatura internacional", tomada como dogma, quando em realidade é uma coleção de ensaios sobre situações específicas, que jamais deverá ser transposta acriticamente, sem tomar em conta as circunstâncias políticas e históricas de um país; dramatização insubsistente de fatos, a exemplo da história dos sapatos crocs, cuja oscilante classificação é apontada como evidência da má qualidade do sistema tributário brasileiro e, a rigor, é um caso associado à aplicação de direitos antidumping, pela Câmara de Comércio Exterior (Camex), a sapatos importados da China, sabendose que calçados, qualquer que seja sua classificação, têm a mesma tributação; impróprias comparações entre a tributação das pessoas jurídicas (risco empresarial, pagamento de outros **tributos**, além do Imposto de Renda) e das pessoas físicas (FGTS, férias e sua conversão parcial em dinheiro, aposentadoria integral ou não, 13.º salário, seguro-desemprego), em lugar de coibir situações que configurem dissimulação na prestação de serviços; linguagem ambígua, como

confundir competição fiscal lícita com guerra fiscal ou afirmar que a carga tributária não vai aumentar, quando o que importa é a repercussão específica sobre contribuintes ou preços, e não um indicador de caráter agregado; saltos lógicos, consistindo em apontar problemas no burocratismo tributário, cuja solução se inscreve no âmbito da administração tributária, para pretextar mudanças na natureza dos **tributos**.

Contrasta com este quadro a inapetência para dar curso a leis complementares, previstas na Constituição de 1988 e até hoje não editadas, como, entre outras, a resolução dos conflitos de competência tributária entre os entes federativos, o disciplinamento da incidência do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD), nos casos de domiciliados no exterior, e a concessão e revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais do ICMS.

É certo que a reparação dessa mora legislativa exige trabalho e não confere ao autor tanto prestígio quanto proclamar que tudo está errado no sistema tributário brasileiro e propor uma reforma "ampla".

Paralelamente, é constrangedora a surpresa das autoridades com o volume de precatórios a serem incluídos no Orçamento de 2022, pois, afinal, são sentenças judiciais passadas, que deveriam ser objeto de um atento acompanhamento. Mais constrangedoras, entretanto, são as pretensões de promover seu parcelamento, ainda que mediante Proposta de Emenda Constitucional, na contramão de decisões já tomadas no STF e eternizando o problema, em desfavor da credibilidade fiscal.

Pode-se mitigar a repercussão do pagamento de precatórios. Para isso, contudo, se exige uma boa dose de criatividade e de capacidade de negociação.

EVERARDO MACIEL, CONSULTOR TRIBUTÁRIO, FOI SECRETÁRIO DA **RECEITA FEDERAL** (1995-2002)

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lobista ajudou 04 na abertura de empresa



O filho 04 do presidente Jair Bolsonaro, Jair Renan, abriu a empresa Bolsonaro Jr. Eventos e Mídia, com a ajuda de Marconny Faria, lobista da Precisa Medicamentos e que será ouvido hoje pela CPI da Covid - para escapar à oitiva, tentou convencer os senadores de que estava doente. Segundo o jornal Folha de S.Paulo, os diálogos entre os dois foram remetidos pela Procuradoria Regional do Pará ao colegiado.

De acordo com as conversas, Marconny e Jair Renan decidiram que um negócio poderia ser construído em 17 de setembro do ano passado. Ele fez contato com o filho 04 para tratar de um contrato dele.

"Bora resolver as questões dos seus contratos! Se preocupe com isso. Como te falei, eu e o William estamos à sua disposição para ajudar te ajudar", escreveu Marconny ao 04.

"Show irmão. Eu vou organizar com Allan (Lucena, ex-personal trainer do filho do presidente) a gente se encontrar e organizar tudo" - responde Jair Renan, que ainda fala de um processo para registrar a marca no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e se cadastrar como microempreendedor individual (MEI). A empresa do 04 está constituída como prestadora de serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas, segundo o site da **Receita Federal**.

Na sequência, o lobista manda mensagem para o advogado William de Araújo Falcomer dos Santos - que o representa na CPI - perguntando se pode marcar uma reunião entre eles. Recebe sinalização positiva. Poucos dias depois, em novo contato com Falcomer, pede que passe a ele a localização do escritório para que a remetesse a Jair Renan a fim de que pudessem se encontrar.

O nome de Marconny veio à tona depois de ter sido citado nas negociações da Precisa Medicamentos com o Ministério da Saúde. A empresa tentou intermediar, com a pasta, a venda da vacina Covaxin, em nome do laboratório indiano Bharat Biotech. O governo federal cancelou o contrato depois de ter anunciado a compra de 20 milhões de doses do imunizante, em 25 de fevereiro, ao custo de R\$ 1,614 bilhão - os primeiros 8 milhões de injeções chegariam em março e estavam previstos mais dois lotes de 4 milhões a serem entregues entre 20 e 30 dias após a assinatura do contrato.

Atestado

Na tentativa de não comparecer ao depoimento, hoje, à CPI, Marconny tentou, ontem, se escudar em um atestado médico enviado aos senadores - mas a suposta manobra não deu certo. Isso porque o médico que concedeu a dispensa voltou atrás no laudo que emitira, conforme anunciou o vice-presidente do colegiado, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), pelo Twitter.

"O médico que concedeu o atestado do Sr. Marconny Faria entrou em contato conosco e disse que foi ele que concedeu o atestado, mas que notou uma simulação por parte do paciente e que deseja cancelá-lo. Com isso, amanhã (hoje) receberemos o sr. Marconny", explicou o senador, acrescentando que o profissional que atendeu o lobista se comprometeu a enviar explicações à comissão.

"Se quer paz, se prepare para a guerra"

Caio Sartori / RIO

A seis dias do 7 de Setembro, o presidente Jair Bolsonaro afirmou, em cerimônia da Marinha, que "com flores não se ganha guerra". Ele esteve na zona norte do Rio para uma homenagem a atletas militares que conquistaram medalha na Olimpíada de Tóquio. "Com flores não se ganha guerra. Se você fala de armamento... Se você quer paz, se prepare para a guerra", disse, após mandar o boxeador Hebert Conceição, medalhista de ouro, "enfiar a porrada".

Bolsonaro tem intensificado a convocação de participantes e a retórica armamentista radicalizada de olho nas manifestações da semana que vem. Na semana passada, por exemplo, recomendou que a população comprasse fuzis em vez de feijão.

O presidente deve acompanhar presencialmente os atos de Brasília e São Paulo. Um dos principais motes da mobilização é o ataque ao Judiciário, com foco no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Cinco atletas foram agraciados com a Medalha Mérito Desportivo Militar, criada em 2006. Estiveram no Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes, na zona norte da cidade, os medalhistas de ouro Ana Marcela, da maratona aquática, e Hebert Conceição, do boxe, a de prata, Beatriz Ferreira, do boxe, e os de bronze Daniel Cargnin, do judô, e Abner Ferreira, do boxe.

Discurso. No breve discurso proferido no Rio, o presidente citou ainda a pandemia e disse nunca ter deixado de ir às ruas "para saber o que o povo sentia".

Apontou ainda a criação do auxílio emergencial, mas sem citar que o valor inicial sugerido pelo governo, de R\$ 200, foi triplicado pelo Congresso.

Acompanharam o evento os ministros Walter Braga Netto, da Defesa, Onyx Lorenzoni, do Trabalho e **Previdência Social**, João Roma, da Cidadania, e o presidente da Caixa, Pedro Guimarães.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A boiada, agora, passa sobre o capital - MARIA CRISTINA FERNANDES

MARIA CRISTINA FERNANDES

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186996?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186996?page=1§ion=1

Novos servidores beneficiados



» **Raphael Felice**

O relator da reforma administrativa, Arthur Maia (DEM-BA), apresentou, ontem, o substitutivo em que manteve a estabilidade dos servidores, inclusive dos futuros funcionários públicos. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC 32/2020), enviada pelo governo federal em setembro do ano passado, garantia estabilidade para os atuais ocupantes de cargos, mas determinava regras diferentes para os novos contratados.

Segundo o relatório, lido na comissão da Câmara que trata do tema, se a proposta original fosse acatada, "a administração pública brasileira começaria do zero" e colocaria "todos os atuais servidores em um regime de extinção". De acordo com especialistas ouvidos pelo Correio, a estabilidade dos servidores é um ponto fundamental para a democracia. "É uma garantia de independência funcional para que o servidor siga as regras do serviço público. Assim, ele pode contrariar comandos de superiores e denunciá-los, caso estes tenham algum interesse que não seja público", afirmou Walter Moura, advogado especializado em direito público.

O texto impõe o fim de dispositivos para novos servidores, como férias acima de 30 dias e aposentadoria compulsória como punição. Além disso, prevê a avaliação do serviço prestado pelo agente público, inclusive, com possibilidade de demissão. Atualmente, a exoneração de funcionários públicos de carreira só é permitida em caso de sentença judicial ou por infração disciplinar.

A alteração foi bem-vista por deputados de diferentes partidos, como Tiago Mitraud (Novo-MG) e Rogério Correia (PT-SP). Ainda assim, representantes do serviço público criticaram a matéria. Em nota, a

Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal disse que o substitutivo "piora a proposta de reforma administrativa" enviada pelo governo. A opinião é compartilhada pelo Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), que definiu o texto como uma continuação dos "ataques aos serviços e **servidores públicos**".

Segundo o especialista em direito público Ricardo Barretto de Andrade, os critérios para dispensa de servidores precisam ser aprimorados. Por outro lado, ele enxerga como positiva a avaliação dos funcionários. "A proposta precisa definir, por exemplo, os critérios para demissões de servidores estáveis, essas balizas precisam ser mais claras, mas, no geral, vejo as alterações como positivas. Além de manter a estabilidade para todos, a proposta prestigia a avaliação de desempenho com vistas à melhoria do serviço público", frisou.

Jornada

O substitutivo apresenta, também, a redução de 25% da jornada de trabalho, com corte equivalente na remuneração para servidores que não fazem parte das chamadas carreiras de Estado (policiais, militares e promotores, por exemplo). O ponto foi criticado pelo deputado Rogério Correia (PT-MG). "Não se deve fazer essa economia em torno da jornada. Não é apenas o corte de salário do servidor, mas o corte de serviço público", apontou. "Eles (governo) cortam 25% da carga de prestação de serviço, economizam em cima dos servidores para passar à iniciativa privada." As mudanças não incluem os servidores do Judiciário. Ao ser questionado sobre o motivo, Maia disse que a chamada emenda antiprivilégio seria inconstitucional se atingisse o Poder Judiciário. O deputado Kim Kataguiri (DEM-SP) citou uma lista de regalias mantidas apenas para juízes e promotores, como direito a 60 dias de férias e promoção ou progressão de carreira baseada exclusivamente no tempo de serviço. "Por que ceder à pressão de juízes e promotores para que apenas a sua classe fique de fora dessa reforma?".

Caminho

A tramitação da PEC ainda está em fase inicial e é provável que sofra novas alterações até a apreciação da comissão especial. Caso passe dessa fase, será votada em dois turnos na Câmara e, depois, seguirá para o Senado.

Recuo em superpoderes para diretor da PF

Após delegados da Polícia Federal externarem preocupação com o substitutivo da reforma administrativa, o relator da proposta, Arthur Maia (DEM-BA), afirmou que vai apresentar um novo texto, excluindo trecho prevendo que o diretor-geral da corporação teria a atribuição de designar os delegados para presidir inquéritos. O parlamentar apontou que o item estava errado e disse que ele mesmo estranhou quando leu a indicação no documento. Segundo Maia, o trecho foi "um erro de comunicação". Delegados apontaram que a proposta apresentada por Maia "fragiliza policiais que estão na direção de inquéritos sensíveis e de interesse do Palácio do Planalto".

Qualidade no serviço público vai além da estabilidade - EIXO CAPITAL



ANA MARIA CAMPOS

Apresentado ontem na Câmara dos Deputados, o substitutivo de autoria do deputado Arthur Maia (DEM-BA) para a reforma administrativa repercutiu entre os parlamentares. O texto mantém a estabilidade dos **servidores públicos**, mas discorre sobre temas controversos, como contratações temporárias. Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, o deputado Professor Israel Batista (PV-DF) afirma que a estabilidade não assegura, por si só, a qualidade do serviço público. "A manutenção da estabilidade é um passo para que a gente consiga atingir os nossos objetivos. Mas não estamos comemorando a estabilidade do jeito que ela foi mantida. Por quê? Ao mesmo tempo que ele manteve

estabilidade, o relator abriu mais possibilidade para que União, Estados e municípios estabeleçam contratos temporários", alerta o deputado.

Vínculo precário

Israel Batista faz sérias ressalvas a esse tipo de flexibilização. "Isso é muito ruim, porque esses entes federativos poderão definir, por lei própria, quais são as atividades que poderão vir a ser temporárias. Isso quer dizer que eles estão atingindo o objetivo, definido pelo ministro Paulo Guedes, de facilitar a desvinculação entre o servidor e a administração pública. E essa medida é voltada especialmente para os servidores da Educação e da Saúde, que são a esmagadora maioria dos quadros de servidores do governo federal, dos estados e dos municípios", alertou o deputado Professor Israel.

Regulamentação indefinida

O parlamentar do PV-DF também se diz preocupado com o que chama de "terceirização quase irrestrita". "A lei está definindo o Estado. A gente não sabe quando vai se dar uma lei regulamentadora. A gente está muito angustiado com o que veio do texto." Apesar das críticas, o professor Israel acredita que os servidores conquistaram diversas vitórias. "Mas elas não são suficientes."

Foi bom, mas...

A deputada Paula Belmonte (Cidadania-DF) considerou outros aspectos importantes na proposta apresentada pelo relator Arthur Maia. "O ponto que mais me agradou no substitutivo foi a extinção para futuros servidores de benefícios como licença-prêmio, promoção automática por tempo de serviço, férias superiores a 30 dias e aposentadoria compulsória como modalidade de punição", observou. "Foi um avanço também a inclusão de parlamentares nestas regras, mas faltou incluir os membros do Judiciário", disse.

Trabalho reconhecido

Belmonte também comentou as proposições para melhorar a qualidade do serviço público. "Pareceu-me correto manter a estabilidade para futuros servidores. Com demissão apenas em caso de desempenho

insatisfatório, com sistema de avaliação, o servidor fica protegido e terá o seu trabalho reconhecido. E o interesse da sociedade em ter um serviço público eficiente se mantém resguardado", concluiu.

Deixa disso

O governador Ibaneis Rocha vai hoje à casa do presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), como coordenador do fórum de governadores. É o primeiro encontro com o chefe de um dos Poderes - além de Judiciário e do Executivo - pedido pelos governadores como forma de pacificar a relação institucional na capital da República. Outros governadores devem participar on-line. Renato Casagrande (PSB), chefe do governo do Espírito Santo, estará presente.

Em outra oportunidade

A presidência do PSB orientou os filiados a não participarem de qualquer protesto contra o governo Bolsonaro neste 7 de Setembro. Segundo a legenda, a data cívica não seria a melhor "oportunidade" de expressar o descontentamento. Para a cúpula do PSB, o risco de confronto entre manifestantes interessaria aos bolsonaristas, obcecados em identificar "inimigos" para propagar suas bandeiras.

É primavera

O PSB sugere a organização de uma manifestação em 19 de setembro e propõe até um slogan para o ato: Primavera Democrática, Ditadura Nunca.

Batalha pós-covid

Depois de enfrentar uma internação por 27 dias por causa da covid-19, o distrital Guarda Janio (Pros) se prepara para retornar ao batente. Ele foi à Câmara Legislativa esta semana para apresentar novo atestado médico. O parlamentar só voltará à casa na quarta-feira, depois do feriado. Durante a sessão, Janio agradeceu às manifestações de apoio recebidas do governador Ibaneis Rocha, dos pares, de amigos e familiares.

Vacina, sempre

O distrital de 55 anos destacou a importância da vacinação. Relatou que a primeira dose foi essencial para mantê-lo vivo. Fez um apelo para que todos busquem a imunização. Visivelmente cansado, Janio procurou o serviço médico da CLDF (foto). O tratamento pós-covid inclui sessões diárias de fisioterapia e atividades para recompor a capacidade física e pulmonar.

Réveillon drive-in

Se depender da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, vai ter Réveillon este ano, sim. A pasta reservou R\$ 2 milhões para projetos em cinco regiões administrativas, privilegiando os artistas locais: Plano Piloto, Gama, Samambaia, São Sebastião e Paranoá, com atividades culturais, especialmente música, no sistema drive-in. "É o suficiente para mobilizar e gerar renda para ao menos duas mil e quinhentas pessoas e mostrar que a cultura se mantém viva", afirmou o Secretário Bartolomeu Rodrigues.

República cidadã

O acolhimento ao público LGBTQIA+ oferecido pela Secretaria de Desenvolvimento Social chama a atenção pelo pioneirismo. O trabalho desenvolvido nas três repúblicas em funcionamento - duas em Ceilândia e uma no Riacho Fundo - despertou interesse do governo federal, que avalia adotar modelo semelhante.

Venha a Brasília

Na próxima semana, a secretária de Turismo, Vanessa Mendonça, estará em Pirenópolis (GO). Ela pretende apresentar à prefeitura goiana o projeto de Turismo Cívico e Pedagógico no DF, a fim de incentivar estudantes da rede pública a conhecerem in loco a capital da República e a história do Brasil. A Setur já tem um convênio semelhante com a prefeitura de Vassouras (RJ), cidade natal do ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso.

Paixão

Por sinal, o ministro guarda um carinho particular pela cidade que o acolheu. "Brasília foi uma descoberta apaixonante", escreve Barroso em seu livro Sem Data Venia. Ele conta que quase se mudou do Rio de Janeiro para cá quando menino, mas a ocasião só veio em 2005, por razões profissionais e por receio da violência no seu estado natal.

Explique, por favor

O Tribunal de Contas do DF estabeleceu um prazo de 10 dias para a Secretaria de Transporte e Mobilidade esclarecer a suposta autorização para prorrogar a vida útil dos veículos utilizados em contratos de concessão para o transporte coletivo. A decisão atende a uma representação do deputado distrital Chico Vigilante (PT), que identificou indícios de irregularidades no edital de concorrência.

Leis que alimentam desigualdades (Artigo)

José Pastore *Sociólogo e pesquisador das relações trabalhistas, é professor da Universidade de São Paulo*

O Brasil é um celeiro de exemplos de leis que alimentam a desigualdade. Vejam estes abaixo.

Pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), um empregado que é despedido por furto recebe apenas o salário pendente, não tendo direito sequer ao seguro-desemprego. Pela Lei Orgânica da Magistratura, um juiz condenado por corrupção recebe como "pena" uma aposentadoria de mais de R\$ 30 mil mensais para o resto da sua vida.

Pela lei 14.020/2021, os empregados da CLT sofrem cortes de jornada e salário e até a suspensão do contrato de trabalho em tempos de dificuldades. Pela Constituição Federal, isso não se aplica aos **servidores públicos** por pior que seja a situação do erário público.

Pela Carta, os empregados do setor privado têm 30 dias de férias -enquanto os juizes gozam 60 dias mais 15 de recesso. A propósito, os magistrados que ganham mais de R\$ 30 mil por mês desfrutam de carros e motoristas pagos pelo povo, enquanto os trabalhadores informais que ganham R\$ 1.100 mensais (salário mínimo) gastam, no mínimo, R\$ 220 de passagem de ônibus mensalmente.

Pelas leis trabalhistas, a concessão de benefícios, como cesta básica, auxílio refeição ou auxílio funeral dos empregados do setor privado, depende de difíceis negociações com os empregadores e vale por um ano. Para juizes e outros **servidores públicos**, as leis garantem uma série de penduricalhos - anuênios, quinquênios, licença-prêmio, licença assiduidade etc.- e vários tipos de auxílios (alimentação, educação, livro etc.). Assim será no futuro, pois a reforma administrativa, se aprovada, não será aplicada ao Poder Judiciário.

A emenda constitucional nº 103 manteve uma aposentadoria para os **servidores públicos** que é, em média, dez vezes maior que a dos empregados do setor privado!

Por força da CLT, os bancários, que ganham bem acima da média do setor privado, têm uma jornada de trabalho de apenas 6 horas por dia e 30 por semana, enquanto os demais empregados trabalham 8 horas por dia e 44 por semana.

Por força de lei, os filhos da elite e da classe média alta que frequentam escolas caríssimas no nível médio desfrutam de total gratuidade quando entram nas universidades públicas.

De onde vem tanta desigualdade? Das leis de cunho "extrativista", dizem Daron Acemoglu e James A. Robinson no livro "Por que as nações fracassam". Leis extrativistas são as que enriquecem grupos da elite à custa da extração de recursos do resto da sociedade. O Brasil está repleto dessas leis. A história mostra que a mudança desse estado de coisas só ocorre por meio do embate conflitivo nos Paramentos, ou fora deles, e ao longo do tempo.

James Madison dizia que a democracia se aperfeiçoa quando os governados aprendem a respeitar os governantes, estes apreendem a respeitar os governados e, sobretudo, os governados conseguem controlar os governantes. Aproveitemos a força da internet para acelerar a mudança!

[...]

A história mostra que a mudança desse estado de coisas só ocorre por meio do embate conflitivo nos Paramentos, ou fora deles, e ao longo do tempo. James Madison dizia que a democracia se aperfeiçoa quando os governados aprendem a respeitar os governantes, estes apreendem a respeitar os governados e, sobretudo, os governados conseguem controlar os governantes

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

56

Reforma administrativa afeta contratos temporários atuais

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186996?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186996?page=1§ion=1

Concurso público

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186996?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186996?page=1§ion=1

Aprovada reforma do IR



O texto-base das alterações no IR foi aprovado ontem à noite no plenário pelos parlamentares, que deixaram para hoje o análise dos destaques

Brasília - A Câmara dos Deputados aprovou, ontem à noite, por 398 votos a 77, o texto-base da proposta de reforma do Imposto de Renda (IR) de pessoas físicas, empresas e investimentos. A votação dos destaques ficou para hoje. E depois a proposta segue para o Senado. A votação ocorreu depois de acordo entre governistas e oposição. O relator da matéria, Celso Sabino (PSDB-PA), atendeu a demandas de deputados para chegar a um consenso, como a retirada do limite de renda de quem faz declaração simplificada, reajuste na tabela e ampliação da faixa de isenção. O projeto foi enviado ao Congresso pelo governo em junho, como parte da **reforma tributária**.

O texto aprovado atualiza a tabela do Imposto de Renda de pessoas físicas, isentando todos os trabalhadores celetistas que recebem até R\$ 2,5 mil, o que gera correção de 31% em relação ao limite atual (R\$ 1,9 mil). Os valores das demais faixas do IR serão reajustados também, em menor proporção. De acordo com o governo, a atualização isentará 5,6 milhões de novos contribuintes. Com isso, os isentos passam de 10,7 milhões para 16,3 milhões.

Os demais trabalhadores celetistas terão desconto menor no contracheque. O projeto original previa limite de R\$ 40 mil de renda anual para o contribuinte optar pela declaração simplificada de Imposto de Renda. Mas, pelo acordo feito com o relator, esse limite foi retirado, ou seja, qualquer faixa salarial poderá optar por esse modelo. Os contribuintes que optam pela declaração simplificada podem abater 20% de IR sobre a soma dos rendimentos tributados até o limite de R\$ 10.563,60.

O relator apresentou cinco versões do seu parecer. Na última, protocolada ontem, Sabino estipulou corte de sete pontos percentuais (de 15% para 8%) na alíquota do Imposto de Renda das empresas e corte de um ponto percentual na Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL). O corte na CSLL foi vinculado à redução de incentivos tributários destinados a setores específicos. Inicialmente, Celso Sabino pretendia cortar em 12,5 pontos percentuais o IRPJ e não previa

mudanças na CSLL. Mas mudou de ideia para obter apoio de prefeitos e governadores, que alegam perda de recursos com as mudanças, já que a arrecadação do Imposto de Renda das empresas é compartilhada com estados e municípios, enquanto a CSLL, não.

Apesar das mudanças de ontem, secretários estaduais de Fazenda esperam perdas de R\$ 9,5 bilhões anuais para os cofres municipais e estaduais. Conforme a proposta original do Executivo, o impacto fiscal da reforma seria nulo. O Ministério da Economia, porém, não divulgou estimativas sobre o impacto fiscal da versão da reforma aprovada ontem.

A proposta aprovada determina ainda tributação em 20% de lucros e dividendos distribuídos pelas empresas como forma de compensar redução de outros **impostos**. Os dividendos estão isentos de **impostos** no Brasil desde 1995. Essa alteração era defendida pela oposição. Ficam isentos da cobrança lucros e dividendos distribuídos por empresas que integram o Simples Nacional e empresas optantes do regime de lucro presumido com faturamento de até R\$ 4,8 milhões. Os dividendos até R\$ 20 mil distribuídos por pequenos negócios e os distribuídos entre o mesmo grupo econômico permanecem também isentos de cobrança. A matéria ainda prevê o extinção da dedutibilidade dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), forma de remuneração de acionistas que dá vantagens tributárias às empresas.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Bombas ameaçam PIB até 2022 - VINICIUS TORRES FREIRE

VINICIUS TORRES FREIRE

O que dizem os números do **PIB** do segundo trimestre? Básica e francamente, nada. Nada de novo, apesar da espuma do noticiário: a economia despiora, deve crescer uns 5% neste 2021, embora metade do povo deva ficar para trás, em parte na fome. A fim de tentar saber um pouco do que será da economia, em particular em 2022, temos de olhar para outra parte:

1) arranjos e mutretas que Jair Bolsonaro vai conseguir aprontar com Orçamento de 2022 e outras medidas eleitoreiras;

2) o tamanho da baderna que resultará da campanha golpista, mais e mais estimulada pelo enrolamento progressivo da família Bolsonaro com a polícia e a Justiça;

3) a falta d'água e de eletricidade, problema que de um modo ou de outro vai durar até pelo menos março de 2022, afora dilúvios;

4) a economia internacional;

5) o efeito disso tudo na taxa de câmbio (no "preço do dólar") e, por tabela, na inflação.

Bolsonaro precisa arrumar uma folga de pelo menos R\$ 50 bilhões no Orçamento de 2022, a fim de pagar a engorda do Bolsa Família e emendas parlamentares. Para tanto, pretende dar um calote provisório nos precatórios. Até agora, conta com a ajuda de Luiz Fux, ministro e presidente do Supremo, que apresentou a ideia de moratória legalizada a fórceps. Pode não acontecer, pelo tamanho do descaramento e porque o Supremo pode modular sua boa vontade de acordo com o teor dos comícios golpistas do 7 de Setembro.

Mas a mumunha orçamentária e seus impactos no ritmo de endividamento do governo vão muito além disso. Na síntese que consta de uma nota dos economistas do Bradesco, é o seguinte. "Os riscos fiscais voltaram a interromper a melhora nas perspectivas para a economia e para os preços de ativos [dólar, ações, títulos da dívida pública]".

Quais "riscos"? "A lista de temas fiscais é extensa: precatórios, reajuste do bolsa família, perda de arrecadação com a reforma tributária, desoneração

de PIS e Cofins para combustíveis, dentre outros. Além desses, o espaço orçamentário previsto [dinheiro para gastar] no teto de gastos de 2022 vem se reduzindo conforme avançam as expectativas de inflação para 2021 [pois mais inflação eleva a despesa com a Previdência]. O que está em jogo, em última análise, é a manutenção do atual arcabouço fiscal [o teto, em particular]", diz o pessoal do Bradesco. O que vai entre colchetes é observação deste jornalista.

Na noite desta quarta-feira estava para ser votada a reforma do IR, a mixórdia apresentada por Paulo Guedes que virou uma salsicha com recheio ainda desconhecido da Câmara. Pode tirar receita do governo, fora outras implicações (a reforma é ruim). A coisa pode cair no Senado, que também na quarta-feira jogou no lixo a reforma trabalhista à matroca proposta por Guedes e aprovada pela Câmara dominada pelo centrão bolsonarista de Arthur Lira. Ou seja, a receita e a despesa federais estarão ainda mais sujeitas ao salseiro político.

A partir de novembro, o Banco Central dos EUA, o Fed, pode diminuir o total de dinheiro que coloca na praça (na prática, subsidia taxas de juros privadas e para o governo); quem sabe indique quando começa a elevar juros. Pode ser um salseiro, como em situação parecida 2013, que bateu pesado na finança e da economia daqui. Além do mais, a depender do ritmo de crescimento de EUA e China e do preço das commodities, o crescimento deve ficar um tanto mais prejudicado por aqui também.

Quanto mais zorra fiscal, mais baderna golpista, mais risco de apagão e mais tensão financeira mundial, pela ordem, mais desvalorizado o real ficará, mais difícil será conter a inflação, mais aperto financeiro haverá.

Vinicius Torres Freire, Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Estados vão a Pacheco por redução de tarifas - COLUNA DO ESTADÃO

ANDREZA MATAIS - MARCELO DE MORAES

Governadores querem buscar, via reforma tributária, uma alternativa para evitar as altas dos preços de combustíveis, gás de cozinha e energia elétrica.

Tema que tem sido motivo de embates entre Jair Bolsonaro e os chefes dos Executivos estaduais, as tarifas estão entre os assuntos que serão levados hoje ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), por membros do Fórum Nacional de Governadores. De acordo com Wellington Dias (PT-PI), "há uma proposta em que os Estados estão dispostos a ter uma forte redução na tributação".

» Ação. "É uma proposta de 27 Estados que acaba com a bitributação e a tritributação, com a guerra fiscal, e cria um fundo com recursos dos próprios Estados para o desenvolvimento de regiões menos desenvolvidas", afirma Dias.

» Juntos. Oito governadores estarão presencialmente no encontro com Pacheco.

Além da questão tributária, eles vão tratar do combate à covid-19. Pedirão apoio para a aprovação na Anvisa das vacinas Butanvac e Sputnik, além da autorização definitiva para fabricação da AstraZeneca com IFA produzido no Brasil.

» Diz... Um grupo de empresários e banqueiros sabatinou João Doria em conversa virtual recente. O encontro durou cerca de uma hora e meia e deixou evidente que a maior preocupação neste momento é com a retomada do crescimento.

» ...aí. Os empresários se mostraram decepcionados com promessas não cumpridas pelo governo federal. O governador de São Paulo se comprometeu com a realização de reformas e com a busca de um ambiente político favorável ao crescimento econômico.

» Política de... Roberto Freire, presidente do Cidadania, fez resumo do barulho que a esquerda promoveu nas redes sociais pelos cinco anos do impeachment de Dilma Rousseff.

Em balanço do período, o PT aproveitou para criticar reformas e teto de gastos.

» ...retrovisor. "O tal balanço do impeachment é o embrião do programa de governo do PT. Eles têm um imenso passado pela frente.

Total atraso. Busquemos uma alternativa", disse Freire.

» Xi... Estrategistas do setor produtivo já trabalham com um cenário de apagão no início do próximo verão.

» Vai doer... A autarquia municipal de trânsito de Ponta Grossa, uma das maiores cidades do Paraná, propôs um reajuste de 94% no valor da tarifa de ônibus, que chegaria a R\$8,35.

» ...no bolso. A prefeitura ainda não bateu o martelo no novo preço, mas justificou que a pandemia reduziu significativamente o número de passageiros.

» 2013... O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor considera a proposta "absurda", mas faz um alerta: a pandemia agravou os problemas de mobilidade urbana no País e a tendência é que o tema faça aparecer mais ideias "inexequíveis" como essa.

» ...feelings. "Em algumas cidades o serviço parou, em outras contratos foram rompidos e em outras houve precarização", disse Rafael Calabria. Entre capitais, a tarifa mais alta hoje é a de Porto Alegre: R\$ 4,80.

» CLICK. A secretária estadual de Desenvolvimento Econômico de SP, Patricia Ellen, após ter participado da corrida de rua Volta SP 10k, domingo passado na capital.

» SINAIS PARTICULARES.

Dilma Rousseff, ex-presidente da República

PRONTO, FALE!

Cid Gomes (PDT-CE) Senador

"MPs devem ser publicadas por relevância e urgência.

Bolsonaro já publicou 196, a maioria sem relevância ou urgência", após Congresso rejeitar mais uma MP

Notícias Relacionadas:

A TRIBUNA - ES

Estados vão a Pacheco por redução de tarifas

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Relator negocia saída para desoneração da folha

**FERNANDA TRISOTTO, EVANDRO ÉBOLIE DIMITRIUS
DANTAS**

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Lira avalia adiar análise do código eleitoral para evitar nova onda de resistência à reforma do IR

Por Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto, Valor - Brasília

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/09/02/lira-avalia-adiar-analise-do-codigo-eleitoral-para-evitar-nova-onda-de-resistencia-a-reforma-do-ir.ghtml>

Site:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/09/02/lira-avalia-adiar-analise-do-codigo-eleitoral-para-evitar-nova-onda-de-resistencia-a-reforma-do-ir.ghtml>

Inflação em alta freia o consumo das famílias

CAROLINA NALIN, IVAN MARTÍNEZ-VARGAS E JULIA NOIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Com apoio da oposição, Câmara aprova reforma do Imposto de Renda

GERALDADOCA E FERNANDA TRISOTTO

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

PIB do Brasil perde força e cai 0,1% no 2º trimestre

Dados divulgados pelo IBGE, ontem, mostram que a retomada da economia brasileira desacelerou. Depois de três trimestres consecutivos de alta, o Produto Interno Bruto - soma das riquezas produzidas no país - recuou 0,1% no período de abril a junho, na comparação com os três primeiros meses do ano. "Foi o trimestre mais trágico, quando a pandemia abateu mais brasileiros", lamentou o ministro Paulo Guedes. O resultado negativo foi puxado pelas quedas de 2,8% na agricultura e 0,2% na indústria. Também foi influenciado pela diminuição de 3,6% nos investimentos, além da estagnação no consumo das famílias, que é o principal motor do **PIB** e vem desacelerando desde o último trimestre de 2020. Diante do novo cenário, economistas começaram a rever para baixo as previsões de crescimento de 2021, devido a fatores como **inflação** em alta, possível racionamento de energia e a persistente crise entre Executivo e Judiciário.

PIB trimestral

Varição % em relação ao trimestre anterior



Ministros trabalham para separar governo das falas presidenciais - BRASÍLIA - DF



DENISE ROTHENBURG

Os ministros de Jair Bolsonaro passaram as últimas 48 horas tentando separar as estações. Uma é o governo, que segue no ritmo de tentar aprovar reformas estruturais. A outra são as frases de efeito do presidente, quase que diariamente defendendo que a população compre armas. Paulo Guedes foi claro, no almoço da Frente Parlamentar do Brasil Competitivo, ao mencionar que "fizemos uma completa transição na política, temos democracia e imprensa livre, mesmo que haja um ator ou outro que esteja se excedendo". E frisou que, em relação à economia, o governo fará "reformas até o último dia".

» » » Outro que entrou em campo nesse sentido foi o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas,

mostrando que o governo está trabalhando e que as frases de Bolsonaro não devem ser lidas como sinais de ruptura institucional. Ele tentou, inclusive, ajudar no Supremo Tribunal Federal (STF), em relação ao marco temporal. Estão todos trabalhando para dissipar as tensões em torno do Sete de Setembro e buscar a normalidade para o dia seguinte.

Salvaram a lavoura

A votação do projeto do Imposto de Renda, depois de muita conversa entre governo e oposição, é vista como a prova de que deu certo o esforço de ministros e parlamentares para separar o governo das tensões provocadas por bolsonaristas radicais. Embora o texto não seja o ideal para alguns setores, a votação é vista como a prova de que o Congresso está dedicado ao trabalho, a fim de evitar um novo **PIB** abaixo do previsto.

Se naufragar...

Diante do apoio da oposição ao texto-base da reforma do Imposto de Renda, o governo não conseguiu saber exatamente o tamanho da sua base. Só se tem uma certeza: se a economia não deslanchar, não poderá culpar nem a oposição, nem a Câmara dos Deputados.

... culpa outro

Com a votação, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), chega às vésperas do Sete de Setembro como patrocinador de acordos e alguém que "entregou o que foi pedido" e "fez a sua parte", ainda que o governo não saiba ao certo com quantos votos poderá contar quando não houver acordo com os opositoristas. O Senado, porém, ainda não tem uma definição fechada sobre a proposta.

Não se afobe, não...

... Que nada é para já. O relatório do ministro do STF Edson Fachin sobre o marco temporal de demarcação de terras indígenas tem mais de 100 páginas. Logo, ninguém acredita num desfecho ainda esta semana.

CURTIDAS

Viu no que deu?! Em conversas reservadas,

autoridades têm dito que a suspensão das demarcações de terras indígenas por parte do governo ajudou a judicializar o assunto. Agora é tarde.

Graças aos comunistas/ Um dos que mais ajudou a formatar o acordo para votação do projeto de lei do Imposto de Renda foi o líder do PCdoB na Câmara, Renildo Calheiros (PE), irmão do senador Renan Calheiros (MDB-AL). Renildo foi, inclusive, chamado de "príncipe dos líderes" pelo relator da proposta, deputado Celso Sabino (PSDB-PA).

Entre Guedes e Flávia.../... Deputados escolhem a ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda. Muitos saíram ainda enquanto o ministro da Economia falava na reunião da Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo para chegar na hora marcada com a ministra. É lá que se resolvem os problemas paroquiais.

Cunha na área/ Eduardo Cunha (foto) passou esses dias por Brasília. Ajuda diariamente na análise de saídas para as crises que envolvem o Parlamento.

Ranking dos Políticos e a administrativa/ O instituto Ranking dos Políticos está dedicado a ajudar na construção do debate sobre a reforma administrativa. E considera que essa proposta é para lá de necessária. Fez, inclusive, um café esta semana com deputados para discutir o tema. Porém, a aposta no Congresso é a de que ainda falta muito para se fechar um acordo como o do IR.

Agronegócio e indústria decepcionam

JOÃO VITOR TAVAREZ*BERNARDO LIMA*

Dois setores fundamentais para o Produto Interno Bruto (**PIB**), a agropecuária e a indústria, deram péssimas notícias para o país no segundo e terceiro trimestre deste ano. Os segmentos recuaram, respectivamente, 2,8% e 1,6%.

A estiagem, que ameaça levar o país ao racionamento de energia, foi o principal motivo da queda da produção no campo. De acordo com Renato Conchon, coordenador do Núcleo Econômico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a atividade do setor normalmente recua nesta época do ano, mas a seca intensa contribuiu para que o movimento viesse acima da expectativa.

"Toda atividade agropecuária tem ciclos. Normalmente vemos um primeiro trimestre bom, um segundo trimestre um pouco mais abaixo, o terceiro trimestre mais abaixo ainda e, no quarto, voltamos a ver números melhores", disse Conchon. Segundo ele, a diminuição do **PIB** do setor foi potencializada pelas secas e em regiões produtoras de milho e algodão. "Também não previmos a geada em algumas regiões do Brasil, que acabou prejudicando ainda mais essas lavouras", explicou o coordenador da CNA.

Apesar da queda no segundo trimestre, a CNA não espera redução da área plantada, o que poderia agravar a situação. Já a indústria, enfrenta cenário mais complicado. Conforme pesquisa divulgada ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o índice de produtividade industrial no segundo trimestre 2021 caiu 1,6% em relação ao período anterior (mesmo número da redução na produção medida pelo IBGE), acumulando três trimestres consecutivos de baixa.

Marcelo Azevedo, gerente de Análise Econômica da CNI, explica que a produtividade resulta da queda de 3,8%, da produção da indústria de transformação e da diminuição de 2,3% das horas trabalhadas.

"O indicador reflete um esgotamento dos investimentos feitos - e o ambiente de incerteza para quem investe. Com diversos fatores em contração, não surpreende esse comportamento da produtividade", disse o economista.

Azevedo observou que não há crescimento sustentável sem aumento da produtividade. E esta só cresce com mais investimentos em inovação, gestão e

capacitação. "No passado, em momentos de aceleração da economia brasileira, esbarramos em alguns entraves, um deles a falta de trabalhador qualificado, que limitou o crescimento. O investimento na educação e qualificação é fundamental para que essa história não se repita quando a economia brasileira finalmente superar a pandemia e iniciar um novo ciclo de expansão", disse.

*Estagiários sob supervisão de Odail Figueiredo

PIB cai e analistas reduzem projeções

ROSANA HESSEL

A queda de 0,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) no segundo trimestre de 2021, na comparação com os primeiros três meses do ano, desencadeou uma nova onda de revisões para baixo das estimativas de crescimento do país, já ameaçado pela crise hídrica e pela instabilidade política. Não estão descartadas uma nova recessão - caracterizada por queda da atividade por dois trimestres consecutivos - ou mesmo o pior dos mundos na teoria econômica, a estagflação, que é um cenário sem crescimento econômico, mas com **inflação** elevada, caso ocorra racionamento de energia.

A retração na atividade econômica anunciada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) interrompeu um processo de recuperação da atividade que já durava três trimestres. O recuo foi puxado pelas quedas de 2,8% na agricultura e de 0,2% na indústria. O escorregão de 3,6% nos investimentos e a estagnação do consumo das famílias (principal motor do **PIB** que vem desacelerando desde o último trimestre de 2020), também contribuíram para o mau resultado.

De acordo com a economista Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), após o dado novo do **PIB**, os modelos apontam nova queda de 0,1% no terceiro trimestre. "Ainda há muita incerteza para confirmarmos uma estagflação, mas ela poderá ocorrer se houver racionamento de energia", destacou. A economista revisou a estimativa de alta do **PIB** de 5,2% para 4,9%, neste ano, de 1,6% para 1,5%, em 2022.

Mesmo quem ainda não reduziu as projeções admite que o viés é de baixa. "Os mais otimistas do mercado, que estavam prevendo alta de 6% para este ano, devem ajustar as estimativas para algo mais próximo de 5%, que é o que estamos prevendo. Não vemos como o país possa crescer mais do que isso", comentou Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, que reduziu de 2,2% para 1,8% a previsão de alta do **PIB** em 2022. Alessandra diz que o cenário de estagflação "não é o mais provável", mas não descarta recessão se o risco de apagão aumentar.

Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, destacou que, apesar de ter crescido 0,7% no segundo trimestre, o setor de serviços não compensou as quedas da indústria e da agricultura. "Olhando para

a frente, existem alguns desafios que são os desajustes da cadeia produtiva e os ruídos políticos", disse. "A preocupação é maior com 2022, que será um ano de turbulências", acrescentou.

Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos, observou que, nas últimas quatro semanas, houve uma piora importante nas condições de liquidez do mercado e nas expectativas de chuvas e de racionamento. Além disso, "a **inflação** está pressionada e vai fazer o Banco Central subir a Selic (taxa básica de juros) para acima de 7%, ou de 7,5%, o que vai prejudicar a atividade". Essa combinação de fatores, deve levá-lo a reduzir a projeção de alta de 2,3% do **PIB** em 2022. Para 2021, ele manteve a previsão de 5,5%.

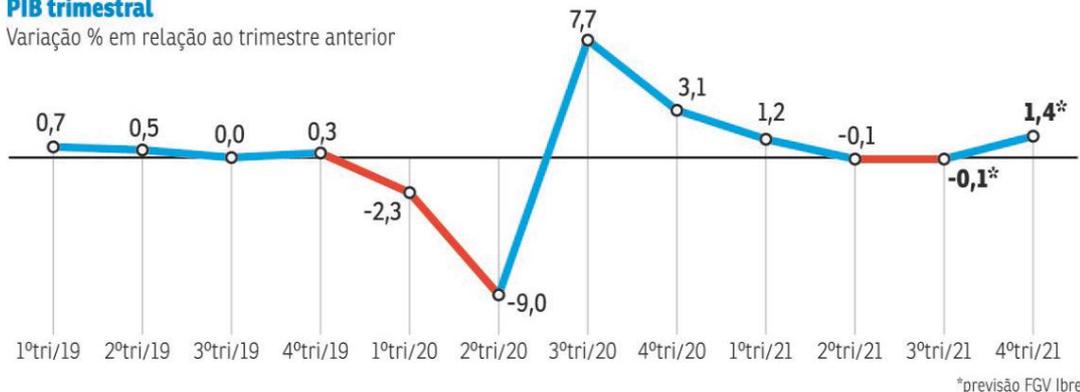
Já o ministro da Economia, Paulo Guedes, minimizou a queda na atividade ao afirmar que o **PIB** "andou de lado". "A economia voltou em V. Disseram que eu estava em um universo paralelo quando dizia isso, mas estamos crescendo novamente. Hoje saiu um dado, praticamente de lado, de queda de 0,05%, que é arredondado para 0,1%. Se fosse 0,04% seria zero", disse, em um evento com parlamentares. Para analistas que acompanham de perto os números do **PIB**, há muita desigualdade nos dados e no processo de retomada de cada segmento e, portanto, não é adequado falar que o país "decolou", como o ministro costuma dizer. Com a queda de 0,1% no **PIB**, o Brasil perdeu 10 posições no ranking global elaborado pela Austin Rating, e ficou abaixo da média mundial e dos seus pares. "O resultado do segundo trimestre mostra que a economia brasileira não está bombando", disse Alex Agostini, economista-chefe da Austin.

Perdendo o fôlego

Após três altas consecutivas, o PIB caiu no segundo trimestre, frustrando expectativas do mercado, que não descarta um cenário de estagflação.

PIB trimestral

Variação % em relação ao trimestre anterior



Principais componentes do PIB do segundo trimestre

Variação % em relação ao 1º trimestre de 2021

Ótica da oferta



Ótica da demanda



R\$ 2,1 trilhões

valor do PIB corrente do 2º trimestre

18,2%

Taxa de investimento em relação ao PIB no 2º trimestre

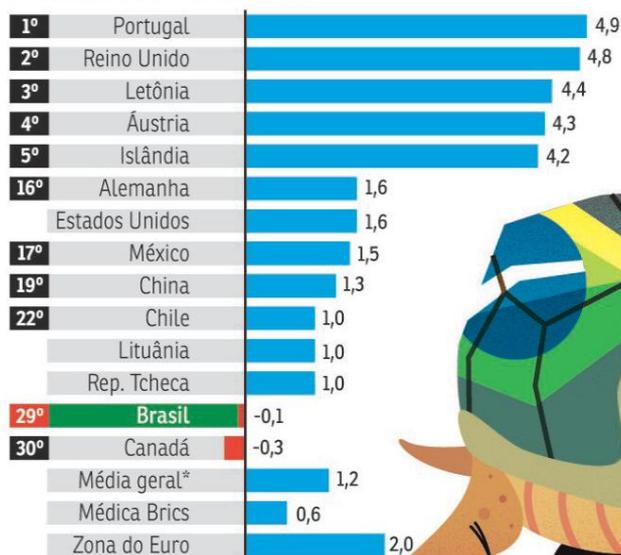
20,9%

Taxa de poupança em relação ao PIB no 2º trimestre

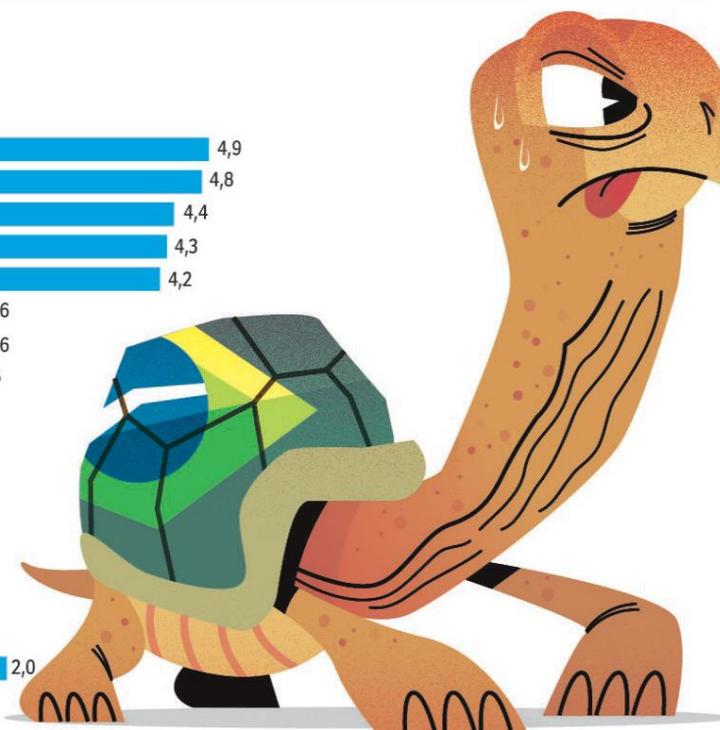
Mal na foto

Brasil perdeu posições em ranking global

Crescimento no 2º trimestre/2021



*considerando 44 países da listagem



Fontes: IBGE, FGV Ibre e Austin Rating

É cada vez maior a insatisfação de empresários - MERCADO S/A



AMAURI SEGALLA

O Pibinho estagnado e a deterioração da economia foram os temas debatidos ontem em um grupo de WhatsApp formado por empresários de diversos setores. O tom das palavras para se referir ao governo mudou. Se antes havia certa moderação, agora a insatisfação está mais escancarada. Até o ministro Paulo Guedes parece ter perdido o encanto para boa parte do empresariado. "Vai sair mais algum manifesto

contra o governo? Onde eu assino?", brincou um executivo do ramo de seguros. O que incomoda, principalmente, é a falta de uma agenda positiva capaz de trazer alguma perspectiva para a economia. Com a tensão política nas alturas, alimentada inclusive por quem deveria aplacá-la, não resta muito espaço para o governo buscar soluções para o que realmente interessa - o desemprego elevado, a **inflação** nas alturas, a crise hídrica, a energia cara, entre muitos outros dramas nacionais. Os empresários tiveram toda a paciência do mundo com o governo, mas ela está chegando ao fim.

Tecnologia contra a inadimplência

A Boa Vista criou uma solução que permite às instituições financeiras evitar que seus clientes se tornem novos devedores. Com base em um modelo algorítmico aplicado às informações relativas a crédito e obrigações financeiras, a ferramenta mostra quais clientes estão apresentando sinais de enfraquecimento financeiro e, portanto, mais propensos a renegociar contratos de crédito pessoal. A partir daí, é possível adequar as dívidas à capacidade de pagamento do indivíduo.

O futuro é elétrico para a indústria automotiva

O mercado de carros elétricos avança com velocidade. Segundo a Agência Internacional de Energia (IEA), 10 milhões de veículos movidos a eletricidade rodam pelo mundo, e o número cresce a uma taxa de 40% ao ano. No Brasil, o segmento também acelera. No primeiro semestre, foram vendidos 13.899 veículos elétricos e híbridos no país, um aumento de 30% em comparação com o mesmo período de 2020. Estima-se que, até 2030, 2 milhões de automóveis desse tipo circulem pelas ruas brasileiras.

A renda fixa está de volta

O novo ciclo de alta de juros mudou o foco dos investidores. Apenas em julho, os fundos de renda fixa captaram R\$ 28,4 bilhões, o equivalente a 65% do total dos fundos de investimentos negociados no país. Não é só. Entre janeiro e julho, as emissões de debêntures, um dos principais títulos de renda fixa do mercado, somaram R\$ 119,8 bilhões. No ano passado inteiro, segundo dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

(Anbima), foram R\$ 121,1 bilhões.

"A gente acha que o **PIB** pode ser revisado um pouquinho para baixo" Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central, pouco depois de o IBGE divulgar a retração de 0,1% do **PIB** no segundo trimestre em comparação com os três meses anteriores

42,5% foi quanto aumentou a demanda por voos domésticos em julho, em relação a junho, segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Se a base comparativa for julho de 2019 - antes da pandemia -, a queda é de 23,6%.

O Brasil está se posicionando como uma plataforma de exportação de petfood, principalmente para a América Latina e os Estados Unidos. Esse foi um dos temas de reunião ocorrida em Brasília entre o CEO da Nestlé Purina, Marcel de Barros, o VP Jurídico e Relações Institucionais e Governamentais da Nestlé Brasil, Gustavo Bastos, e a ministra da Agricultura, Tereza Cristina.

Marcel apresentou os detalhes da instalação de um novo parque industrial em Santa Catarina, com expectativa de R\$ 1 bilhão de investimentos na primeira fase da construção. O Brasil é o segundo maior mercado de alimentos para animais de estimação do mundo, com 85 milhões de pets, e a categoria cresce ao ritmo de 8% ao ano.

Portugal reabriu as fronteiras para turistas brasileiros. Desde ontem, basta a apresentação de teste negativo para covid-19 para ter a entrada autorizada no país. O visitante, porém, terá de cumprir um período de quarentena na chegada. Portugal quer usar o turismo para reaquecer a economia.

A Volkswagen decidiu ampliar o serviço de assinatura de carros para todo o Brasil. Lançada há 10 meses, a iniciativa estava restrita à cidade de São Paulo. Os preços continuam salgados. A assinatura do modelo T-Cross custa a partir de R\$ 2,4 mil por mês. No caso do Taos, os valores vão de R\$ 3,3 mil a R\$ 3,7 mil.

Economia em retração (Editorial)

A economia brasileira voltou a ratear. O Produto Interno Bruto (**PIB**) caiu 0,1% no segundo trimestre do ano, contrariando a mediana das estimativas do mercado, que apontava para avanço de 0,2%. Entre 51 países que divulgaram o resultado da atividade entre abril e junho, o Brasil ficou na 40ª posição, atrás de emergentes como o México, que, no mesmo período, cresceu 1,5%, da Indonésia, com incremento de 3,3%, e da Turquia, com alta de 0,9%.

A retração do **PIB** vem a se somar a uma série de notícias ruins no âmbito econômico. A **inflação** caminha célere para os 10% ao ano, as contas de luz ficarão quase 7% mais caras neste mês, com elevado risco de racionamento, o preço da gasolina encosta nos R\$ 7, mais de 14 milhões de pessoas continuam desempregadas e é elevada a possibilidade de o Banco Central dar um choque de juros no país para tentar conter o desastre. Economistas renomados dizem que o Brasil vive o perverso quadro de estagflação, ou seja, baixo crescimento com **inflação** alta.

Os números abertos do **PIB** indicam um quadro de forte deterioração. A agropecuária encolheu 2,8% no segundo trimestre, a indústria caiu 0,2% e os investimentos tombaram 3,6%. A produção agrícola sente os efeitos da crise hídrica, uma vez que a estiagem prolongada atrapalhou o plantio de várias culturas. As fábricas, por sua vez, sofrem com a alta e a escassez de insumos importantes. E os investidores botam o pé no freio por causa das incertezas econômicas e políticas.

Nesse cenário complicado, a principal mola propulsora da atividade, do lado da demanda, emperrou. O consumo das famílias ficou estagnado entre abril e junho, justamente no período em que muitas atividades foram retomadas depois do horror da segunda onda da pandemia do novo coronavírus. Os brasileiros estão superendividados e a renda do trabalho está tomando uma sova da **inflação**. Não há como pensar em recuperação desse consumo diante do aumento da conta de luz e dos alimentos e dos combustíveis mais caros.

O **PIB** decepcionante poderia ser apenas um ponto fora da curva, mas, segundo economistas, as perspectivas para os próximos meses são muito ruins. As chances de o país racionar energia subiram muito e as turbulências geradas por Brasília tendem a aumentar à medida que as eleições de 2022 forem se aproximando. Não por acaso, todas as projeções para

o crescimento econômico deste ano e do próximo estão encolhendo. A recessão entrou no radar.

Boa parte dos obstáculos que se colocou no caminho do país poderia ter sido removida facilmente, a começar por um enfrentamento correto da covid-19 por parte do governo. Se houvesse uma vacinação mais célere e ampla, as atividades econômicas teriam voltado mais rapidamente e as incertezas em relação à pandemia teriam sido removidas do radar de empresários, investidores e consumidores. Mais: a calma política teria evitado um dólar a quase R\$ 5,50, que inflou todos os índices de preços.

O estrago está feito, mas ainda é possível evitar o pior nos próximos meses. Basta que o governo faça o que tem de ser feito. Em vez de crises, construa um ambiente de pacificação, favorável aos negócios, e deixe de lado o negacionismo no caso da crise hídrica. Se continuar fingindo que nada está acontecendo, aí, sim, a fatura a ser paga será muito pesada. Não é justo jogar mais esse peso sobre uma população sofrida, que só quer o direito ao bem-estar social previsto na Constituição. Nada mais justo.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Economia em retração

País pode ter que racionar energia, diz vice-presidente

EVARISTO SÁ/AFP - 3/11/20



Augusto Fernandes

Brasília - O vice-presidente Hamilton Mourão disse, ontem, que o Brasil corre o risco de passar por algum racionamento de energia em função da crise hídrica que afeta o nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do país. A situação crítica dos reservatórios fez com que o governo federal anunciasse, na terça-feira, uma nova bandeira tarifária para as contas de luz, intitulada de "escassez hídrica", que elevou a taxa extra cobrada na fatura de R\$ 9,49 para R\$ 14,20 a cada 100 quilowatts-hora (kW/h) consumidos. A tarifa será cobrada até abril do ano que vem.

Apesar disso, de acordo com Mourão, medidas mais drásticas para garantir o fornecimento de energia não estão descartadas. "O governo tomou as medidas necessárias, criou uma comissão para acompanhar e tomar as decisões a tempo e a hora no sentido de impedir que haja um apagão. Agora, pode ser que tenha que ocorrer algum racionamento", afirmou o vice-presidente.

A declaração de Mourão contradiz o que disse, também ontem, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, em entrevista à CNN Brasil. Segundo ele, o "risco de racionamento hoje é zero". "Pelo contrário. Estamos tentando mostrar a gravidade da situação hídrica para que, de forma voluntária, os consumidores poupem energia", declarou Bento.

Em pronunciamento na noite de terça, o ministro falou em "um esforço inadiável de redução do consumo" e destacou que "precisamos, mais do que nunca, usar nossa água e nossa energia de forma consciente e responsável".

ESTÍMULO Além da nova bandeira tarifária, o governo anunciou um programa para estimular a população a economizar energia.

Haverá concessão de bônus, nas contas de luz, no valor de R\$ 50 para cada 100kWh economizados em volume entre 10% a 20% entre setembro e dezembro de 2021.

O percentual de redução do consumo será aplicado sobre o montante apurado com base no consumo médio de cada unidade consumidora nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2020, desde que possuam histórico de medição.

Questionado se o governo demorou em estabelecer alguma medida que incentivasse a população a reduzir o consumo de energia, Mourão desconversou. "Os decisores tinham todos os dados disponíveis e se não tomaram uma decisão mais drástica antes é porque, na análise de risco que fizeram, não era o caso. Eu vejo dessa forma."

O vice-presidente ainda disse que não acredita que o valor mais alto da energia vá aumentar a **inflação**. "Não vejo dessa forma. Os fatores que fazem a **inflação** aumentar e diminuir são sazonais. Os setores do governo encarregados do assunto estão trabalhando juntos e acompanhando diuturnamente o que está acontecendo e adotando as medidas necessárias", analisou.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

País estagnado (Editorial)

Como atestam números do **PIB**, economia prossegue entre a recessão e a mediocridade

A estagnação mostrada pela economia brasileira no segundo trimestre não altera em demasia o quadro esperado para o restante deste 2021. Ainda é provável que o Produto Interno Bruto, depois de cair 0,1% entre abril e junho, feche o ano com expansão próxima a 5%, o que consolidará a recuperação das perdas da pandemia.

Nessa métrica restrita, o país não destoa tanto do padrão mundial, mas uma abordagem mais ampla, levando em conta as perdas de emprego e renda, põe em evidência enormes dificuldades e incertezas.

O resultado pífio do trimestre não ficou muito abaixo das expectativas. Esperava-se a retração na agropecuária, que chegou a 2,8%, em decorrência do impacto do clima adverso em safras importantes como milho, cana e café.

Depois de um desempenho favorável no ano passado, a produção manufatureira também caiu (2,2%), em parte por causa de percalços notáveis em algumas cadeias produtivas, caso do setor automotivo. A alta modesta dos serviços (0,7%), por sua vez, está associada a restrições decorrentes do agravamento da crise sanitária.

Pela ótica da demanda, houve parada do consumo e queda expressiva dos investimentos. As transações com o exterior, impulsionadas pelas exportações de matérias-primas, evitaram o pior.

Com o relaxamento de quarentenas e limites ao comércio e a outras atividades, espera-se aceleração no segundo semestre, com consequências positivas para a geração de emprego e a renda das famílias.

A esse respeito, de fato, o dado mais recente apontou queda na taxa de desocupação (para 14% no trimestre encerrado em junho, com ajuste para a sazonalidade, ante 14,3% na leitura de um mês antes).

Mesmo assim, a massa salarial ainda permanece 6% abaixo do patamar anterior à pandemia, enquanto a **inflação**-que deve chegar a ao menos 8% neste ano-castiga sobretudo os mais pobres, dada a concentração em itens de consumo essencial como alimentos, combustíveis e energia.

Pior, com o agravamento das incertezas sobre o rumo

da política econômica, que tem reforçado a escalada da **inflação** e dos juros, e da crise hídrica que ameaça o fornecimento de energia, as projeções para 2022 têm piorado e já caem abaixo de 2% -antes mesmo que se possam quantificar os impactos advindos dos ataques às instituições por parte de Jair Bolsonaro.

Não surpreende nesse quadro caótico que consumidores e empresas se retraiam, afastando o otimismo que poderia derivar do avanço da vacinação nas últimas semanas.

Por novos e velhos motivos, o país prossegue entre a recessão e a mediocridade econômica, como ocorre já há uma década.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49656>

PIB recua no 2º tri, e crises política e hídrica ameaçam retomada

Eduardo Cucolo, Leonardo Vieceli e Eduardo Sodré

O resultado do **PIB** abaixo das estimativas do governo e do mercado financeiro acendeu o alerta sobre diversos riscos para a recuperação da economia em 2021. Entre eles, as crises hídrica, provocada por problemas climáticos, e político-institucional, alimentada pelo presidente Jair Bolsonaro.

A economia encolheu 0,1% no segundo trimestre de 2021 em relação ao trimestre anterior, conforme dados do **PIB** divulgados nesta quarta (1º) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam crescimento de 0,2%.

O resultado do trimestre já garante um crescimento em tomo de 5% para o **PIB** de 2021 devido ao efeito estatístico, resultado influenciado pela base de comparação ruim de 2020. Para 2022, no entanto, analistas já esperam um crescimento abaixo de 2%, de volta ao ritmo fraco do final do governo Michel **Temer** e início da gestão Jair Bolsonaro.

Para o terceiro trimestre, as estimativas são de crescimento próximo de 0,5%. A partir do fim de 2021, a economia voltaria a desacelerar.

Esses números reforçam a percepção dos economistas de que a economia continuará a se recuperar, mas em um ritmo insuficiente para bancar significativamente a taxa de desocupação, dentro daquilo que tem sido chamado de um **PIB** sem emprego.

Além disso, o Brasil está saindo da crise sanitária provocada pela pandemia com juros e **inflação** em alta, risco de descontrole fiscal e incertezas que travam o investimento, de natureza política e econômica. Há quem fale em estagflação.

Os dados do IBGE também mostram uma recuperação desigual. A indústria e a agropecuária tiveram perdas no trimestre, mas continuam acima do patamar pré-crise. Os serviços cresceram nesses três meses, mas aquém do esperado, e ainda estão abaixo do nível de atividade anterior à pandemia.

O país sofre ainda com o problema global de falta de insumos para a produção, que ajudou a derrubar a

manufatura e os investimentos no segundo trimestre, problema que só deve ser resolvido em 2022.

Na avaliação da pesquisadora Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), os impactos negativos da crise hídrica e da tensão política já ficaram evidentes no segundo trimestre.

De um lado, lembra Silvia, a seca prolongada aumentou os custos para empresas com a energia mais cara, elevou preços de tarifas de luz para consumidores e prejudicou a produção agropecuária.

Em conjunto, os fatores turbinam a **inflação** e ameaçam a retomada do consumo das famílias, um dos motores do crescimento, enquanto o desemprego segue alto.

Se não bastasse isso, a turbulência política gera estresse adicional no mercado financeiro, o que eleva a taxa de câmbio e pressiona ainda mais a **inflação**.

"Na indústria, por exemplo, vários segmentos estão sofrendo com os custos elevados, além da falta de suprimentos. Já o consumidor diminui o consumo com o mercado de trabalho em dificuldades. E ainda há o impacto da **inflação** mais alta e o risco de falta de energia", pontua.

Após a divulgação do **PIB** do segundo trimestre, o FGV Ibre reduziu a projeção de avanço da economia em 2021 de 5,2% para 4,9%. A estimativa para 2022 recuou de 1,6% para 1,5%.

A coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis, afirma que, apesar dos programas de auxílio do governo, do aumento do crédito a pessoas físicas e da melhora no mercado de trabalho, a massa salarial real vem caindo, afetada negativamente pelo aumento da **inflação**.

"A **inflação** está aumentando no mundo todo. A gente adicionalmente aqui no Brasil está tendo esse problema da crise hídrica. Tudo isso influencia no consumo das famílias para não ter voltado ao nível pré-pandemia", diz Rebeca.

Em nota, o Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) afirma que os números

são o resultado do atraso da vacinação e da piora da pandemia, em um ambiente de alto desemprego, aceleração inflacionária e persistente desarranjo das cadeias produtivas, que continua impondo gargalos na obtenção de insumos.

Marcelo Fonseca, economista-chefe do Opportunity, diz que os dados do trimestre passado refletem principalmente a piora nos números relacionados à pandemia e que a reabertura das atividades e o aumento nos indicadores de confiança apontam para resultados positivos no trimestre atual.

"O número do segundo trimestre não significa uma interrupção dessa tendência de curto prazo de retomada da economia", diz. "A questão é o médio prazo, o final deste ano e, principalmente, 2022. Aí a gente identifica riscos múltiplos que colocam maior ceticismo em relação à capacidade da economia de manter um ritmo de expansão robusto."

Luka Barbosa, economista do Itaú Unibanco, afirma que a variação negativa de 0,1% no segundo trimestre traz um "viés de baixa" para a projeção do banco, de alta do **PIB** de 5,7% neste ano.

Segundo ele, o setor de serviços tende a continuar no terreno positivo até o final do ano, já que reúne atividades que ainda estão em "patamares deprimidos". Serviços que dependem da circulação de consumidores, como é o caso de alojamento e alimentação, fazem parte dessa lista.

Ele diz que a economia deve desacelerar especialmente em 2022.0 Itaú estima avanço de 1,5% para o próximo ano.

Segundo Barbosa, pelo menos quatro fatores explicam a possível perda de gás. Um deles é o menor impulso de serviços após a reação estimada para 2021. Juros mais altos, desempenho inferior da economia global e política fiscal contracionista no país, mesmo com provável incremento nos desembolsos na área social, completam a lista. "A desaceleração de verdade vai ocorrer no ano que vem."

Sobre a crise hídrica, os dados do IBGE mostram que o impacto na **inflação** contribuiu para travar o consumo das famílias e que empresas do setor já amargam resultados piores do que no início do ano. Na agropecuária, os efeitos devem aparecer de forma mais evidente ao longo do ano, embora já estejam afetando os resultados da lavoura.

"Na comparação interanual, [a agropecuária] está crescendo. Se não fossem os efeitos climáticos, poderia crescer mais. Já temos esse efeito sim", afirma a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE.

Em relação ao mesmo período do ano passado, o **PIB** cresceu 12,4%, resultado influenciado pela base de comparação, já que o período de abril a junho de 2020 foi o fundo do poço para a atividade econômica durante a pandemia. Nos últimos 12 meses, houve alta de 1,8%. Com esse resultado, a economia brasileira avançou 6,4% no primeiro semestre.

Segundo o IBGE, o **PIB** continua no patamar do período pré-pandemia e ainda está 3,2% abaixo do ponto mais alto da atividade econômica na série histórica, alcançado no primeiro trimestre de 2014.

O desempenho da economia no trimestre vem do resultado negativo da agropecuária (-2,8%) e da indústria (-0,2%). Por outro lado, os serviços avançaram 0,7% em relação ao primeiro trimestre.

A escassez de insumos é apontada como um dos fatores que explicam o recuo da indústria brasileira. Em razão da escassez de chips, montadoras chegaram a interromper linhas de produção no país. O setor auto motivo espera que as paradas causadas por falta de insumos, em especial semicondutores, prossigam até o ano que vem.

Em entrevista nesta quarta, Antonio Filosa, presidente do grupo Stellantis, disse que a empresa busca alternativas para a escassez, mas que cada solução de emergência gera custos. A montadora é a atual líder de mercado, com três produtos da marca Fiat ocupando as primeiras posições. Contudo há filas de espera que podem chegar a seis meses.

"Nacionalizamos motores para, por exemplo, nos proteger da volatilidade do dólar. Mas no caso dos semicondutores o problema é mais complexo, a produção é concentrada na Ásia."

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Comportamento do PIB na pandemia

Em número índice. Média de 1995 = 100



Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Motor da economia, consumo das famílias fica estagnado no trimestre

Motor da economia brasileira, o consumo das famílias ficou estagnado (0%) no segundo trimestre, em relação aos três meses iniciais deste ano.

O consumo das famílias é o principal componente do **PIB** (Produto Interno Bruto) sob a ótica da demanda, respondendo por cerca de 60% do cálculo do indicador.

Após três meses de suspensão, o auxílio emergencial voltou a ser pago no país no começo do segundo trimestre, em abril. Mesmo com a redução nos valores e no número de beneficiários, a retomada do benefício foi vista por analistas como um incentivo ao consumo à época.

A **inflação** e as dificuldades de renda, por outro lado, diminuem o poder de compra dos brasileiros. A dupla acabou prejudicando o consumo entre abril e junho, destacou Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE.

A **inflação** vem sendo puxada nos últimos meses por combustíveis e pela energia elétrica, que ficou mais cara com a crise hídrica.

Enquanto isso, a renda do trabalho segue fragilizada. Na terça-feira (1º), o IBGE informou que o rendimento real habitual (R\$ 2.515) dos trabalhadores caiu 3% ante o trimestre anterior. A massa de rendimento, que soma os salários, teve variação negativa de 0,6%.

"O consumo das famílias ficou estável. Tem coisas favoráveis, como a continuidade de programas de apoio do governo federal. Por outro lado, apesar da melhora na ocupação no mercado de trabalho, ainda temos efeitos negativos sobre a massa salarial, o que afeta o consumo das famílias, e o aumento da **inflação**", frisou Rebeca.

"O consumo das famílias tem um peso muito grande na economia brasileira. O consumo pode ser ajudado por outros fatores, mas, até pelo seu peso, a trajetória do **PIB** não descola tanto dele."

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

PIB ainda despiora, volta a 2019 e deixa o povo para trás, sem emprego e renda

Vinicius Torres Freire

A economia brasileira não cresceu nada no segundo trimestre, em relação ao primeiro. No número exato, caiu um tico, 0,054%, o que continua a ser nada. Isso mexe com aquelas estimativas de que o país cresceria perto de 5% neste 2021? Não. Mas onde está, estará ou estaria esse crescimento?

Trata-se de uma recuperação das perdas de 2020, quase apenas isso, embora mais rápida do que se esperava até fins do ano passado. É uma despiora, de resto horrível em termos sociais: a recuperação do **PIB** continua desigual e não aparece em consumo, salários, emprego. Na média dos PIBs trimestrais, 2021 vai ser bem melhor do que 2020 e mais ou menos igual a 2019.

O **PIB** do segundo trimestre foi um pouco pior do que a estimativa média dos economistas que trabalham na finança, "o mercado". O que houve? Não houve grande coisa, francamente.

Basicamente, de mais importante na numeralha trimestral, o investimento em novas instalações produtivas, casas, equipamentos, máquinas etc. (em "capital fixo") caiu além da conta (e a eco no -mia parou de "investir" em estoques, o tinha engordado o **PIB** do primeiro trimestre).

O dito "consumo das famílias" (consumo privado) ficou estagnado (todas essas comparações são com o primeiro trimestre). Esperava-se alguma alta, pois as restrições sanitárias oficiais diminuíram, embora o segundo trimestre tenha sido de recorde de mortes por Covid-19. Nos últimos quatro trimestres, o **PIB** cresceu 1,8%. O consumo privado caiu 0,4%.

O **PIB** trimestral já voltou ao nível anterior ao da epidemia. Mas, por exemplo, o número de pessoas ocupadas e a massa (soma) dos rendimentos do trabalho ainda não. O número de pessoas ocupadas no segundo trimestre deste ano é ainda inferior ao do segundo trimestre de 2019 (-6%). A massa de rendimentos também está cerca de 6% abaixo do que se registrava em meados de 2019.

Em resumo, os números mais gerais do **PIB** indicam que quem tem dinheiro não gasta ou não investe tanto (em novas atividades e bens de produção, em "capital

fixo"); um monte de gente perdeu renda ou não tem nenhuma. A confiança dos consumidores anda em nível bem abaixo do ânimo dos empresários.

Essa é a história principal do **PIB**. Grosso modo, o país não está "gastando", por precaução ou penúria. Uns têm medo do futuro; outros não têm presente.

No mais, ainda dá para crescer, "despiorar", algo perto de 5%. Isto é, se não houver colapso do fornecimento de energia, se Jair Bolsonaro e Paulo Guedes não destruírem o que sobra da economia, se não houver repique da epidemia ou tumulto político ainda maior.

Se a economia não crescer nada, trimestre ante trimestre, até o fim do ano, o **PIB** ainda aumenta 4,9% em 2021: é despiora, crescimento a partir do buraco deixado pela ruína de 2020. A reabertura do setor de serviços, o ritmo ainda forte da economia mundial e o preço das commodities devem ajudar.

No entanto, em termos políticos e trocando em miúdos, o desempenho da economia até agora não refresca em nada a desgraça social que solapa a popularidade de Bolsonaro: os pobres estão mais pobres por falta de renda, de resto carcomida pela **inflação**. Mas, até o fim do ano, mantidas as atuais perspectivas de crescimento, um tanto mais de gente vai sair do sufoco.

Quando se considera o **PIB** da perspectiva da produção, a agricultura encolheu no segundo trimestre. Mas isso não é lá muito importante, no quadro geral. Estamos falando aqui de décimos de porcentagem aqui (de um décimo, aliás). A indústria de transformação ("fábricas") foi mal, pois falta matéria-prima, insumos, como nas montadoras, e os custos de produção estão em alta.

Enfim, seria importante prestar atenção à taxa de poupança da economia em geral: chegou a 20,9% do **PIB**, a maior deste século, e bem maior que a taxa de investimento (em novas atividades e bens de produção).

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Comportamento do consumo e do investimento no 2º trimestre de 2021

Varição em relação ao trimestre anterior, em %



Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Governo Bolsonaro passa pela maldição do 3º ano de mandato

Sérgio Vale

O governo Bolsonaro vai passando pela maldição do terceiro ano de mandato. Outros presidentes anteriormente passaram por conjunturas críticas muito adversas em seus terceiros anos-alguns afundaram, outros conseguiram fazer a coordenação política necessária para a travessia.

Collor e Dilma afundaram em se os terceiros anos. O primeiro, definitivamente em 1992, com o impeachment, e a segunda com as manifestações de 2013 que, mal respondidas, deram o start para o que aconteceu em 2016. FHC e Lula também tiveram seus anos malditos, mas conseguiram arregimentar forças políticas para equilibrar o jogo e fazer uma transição pacífica.

FHC enfrentou a crise asiática em 1997, mas conseguiu evitar um desastre pior ainda foi reeleito. Não teve tanta sorte em seu terceiro ano com o apagão de 2001, que ajudou na derrota de Serra no ano seguinte. Lula teve seu momento maldito no mensalão de 2005, mas que conseguiu passar e ser reeleito no ano seguinte. Em 2009 foi o ano do rescaldo da crise do final de 2008, que dada a nossa situação ainda positiva, conseguiu ajudar o presidente a eleger Dilma em 2010.

Qual o Bolsonaro que teremos agora? O que vai fazer a necessária coordenação política e liderar a saída da crise ou alguém que afundará ainda mais em seu próprio colapso, não necessariamente levando a impeachment agora, mas a um fim político como teve Collor e Dilma?

É no meio desse imbróglio político que precisamos ver o **PIB** à frente. Um presidente que não consegue arregimentar as forças políticas necessárias para governar verá seu governo diminuir dia após dia. A saída anticonstitucional que Bolsonaro sugere muitas vezes só piora a solução. A queda de Dilma e Collor deu espaço para transições pacíficas (no caso de Collor foi a base do Real com Itamar e FHC), mas Bolsonaro resiste a qualquer temperança.

Veremos, com isso, em 2022 extremamente difícil, pois a eleição está muito distante e as soluções que precisam ser dadas não ocorrerão. Investirem um cenário como esse se torna proibitivo. Há muita

instabilidade nos números macro futuros para as empresas pensarem em fazer grandes investimentos agora.

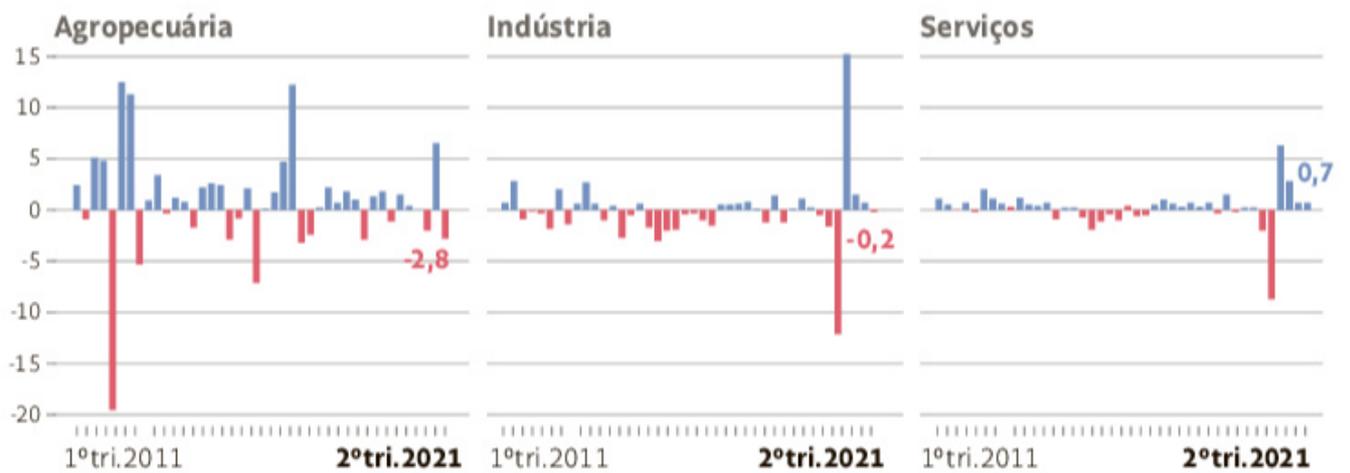
Continuará sendo verdade que setores importantes ainda manterão algum ritmo de expansão, especialmente commodities, que deverá ser responsável pelo único aumento relevante do lado da demanda em 2022, as exportações. Mas a economia tradicional que não tem essa válvula de escape externa está à mercê de uma solução doméstica que não virá.

O que se espera de Brasília neste momento, mais do que tudo, é responsabilidade com um país que enfrenta uma década perdida na economia.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Desempenho do PIB dos três setores no 2º trimestre de 2021

Variação em relação ao trimestre anterior, em %



Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Vacinação atrasada limitou atividade, avaliam economistas

Douglas Gavras

O **PIB** do Brasil no segundo trimestre teria avançado como na Europa ou em Israel se a vacinação tivesse começado antes, segundo avaliação de economistas.

Nesta quarta-feira (1º), o IBGE apontou uma queda de 0,1% no **PIB** do segundo trimestre, frustrando as expectativas do Ministério da Economia. Analistas consultados pela agência Bloomberg estimavam crescimento de 0,2% ante o trimestre anterior.

Segundo dados divulgados pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), países em que o ritmo de vacinação é mais forte - e onde pôde ser feita uma flexibilização maior do comércio e dos serviços no período- também registraram um ritmo de recuperação mais forte.

Em Israel, por exemplo, o **PIB** avançou 3,6% no segundo trimestre ante o trimestre anterior. O país tem, hoje, 60,6% da população totalmente vacinada. Em Portugal, com 73,1%, o aumento no **PIB** foi de 4,9%. No Reino Unido, 4,8%, com mais de 64,4% da população imunizada. No Brasil, 29,8% da população está totalmente vacinada, segundo dados desta quarta (1º).

Em sua conta no Twitter, o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, rebateu a comparação feita pela Folha com os resultados do Brasil em relação a outros países, como Portugal e Reino Unido, no segundo trimestre.

"Dado que a pandemia afetou os países em trimestres diferentes, creio que a análise mais adequada deveria levar em conta o espaço de quatro trimestres", escreveu.

Para Armando Castelar Pinheiro, coordenador de Economia Aplicada do Ibre/FGV, o desempenho do Brasil em relação aos outros países no segundo trimestre foi diretamente impactado pela demora na vacinação.

"A vacinação entra na conta dos números da pandemia, pois as vacinas reduzem o número de casos graves e fazem com que a economia consiga reabrir mais rapidamente. O primeiro trimestre foi de retração na Europa, enquanto o segundo lá foi bom",

diz.

Castelar compara que, no segundo trimestre, os países que foram mais bem-sucedidos na vacinação reabriram muitos serviços, as pessoas estavam mais confiantes e tinham mais liberdade para gastar.

"Se a vacinação no Brasil tivesse começado antes, a economia teria melhorado mais cedo, sem dúvida. Da mesma forma, a situação da pandemia se agravou agora na Coreia do Sul e na China, e o terceiro trimestre deve ser ruim na Ásia, já que os governos vão impor mais restrições e as pessoas ficam mais receosas."

Para o economista, o terceiro e o quarto trimestres no Brasil ainda preocupam. Agora que os números da pandemia retrocederam, é possível esperar uma recuperação mais consistente dos setores que tinham ficado para trás, como turismo, restaurantes ou transporte público.

"A gente pode viver, embora não com a mesma força, o que a Europa viveu no segundo trimestre. É como se estivéssemos vendo um filme parecido, mas que estreou no Brasil com um trimestre de atraso", diz.

O economista da UnB (Universidade de Brasília) José Luis Oreiro acrescenta que a aceleração da **inflação**, com a alta de juros antecipada para tentar conter o aumento de preços, também coloca a economia brasileira em um encruzilhada complexa no segundo semestre.

"Os economistas do mercado financeiro têm uma narrativa de que a economia vai voltar a crescer por mágica, com a reedição das reformas. Essa ideologia vai na contramão de tudo que está sendo feito no mundo desenvolvido."

Ele também coloca na conta da desconfiança dos agentes econômicos a incerteza elevada pelo risco político, com os ataques do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) aos ministros do Supremo e ao sistema democrático.

Para o coordenador do Monitor do **PIB** da FGV, Cláudio Considera, o cenário atual é mais preocupante do que a maior parte dos economistas imaginava anteriormente.

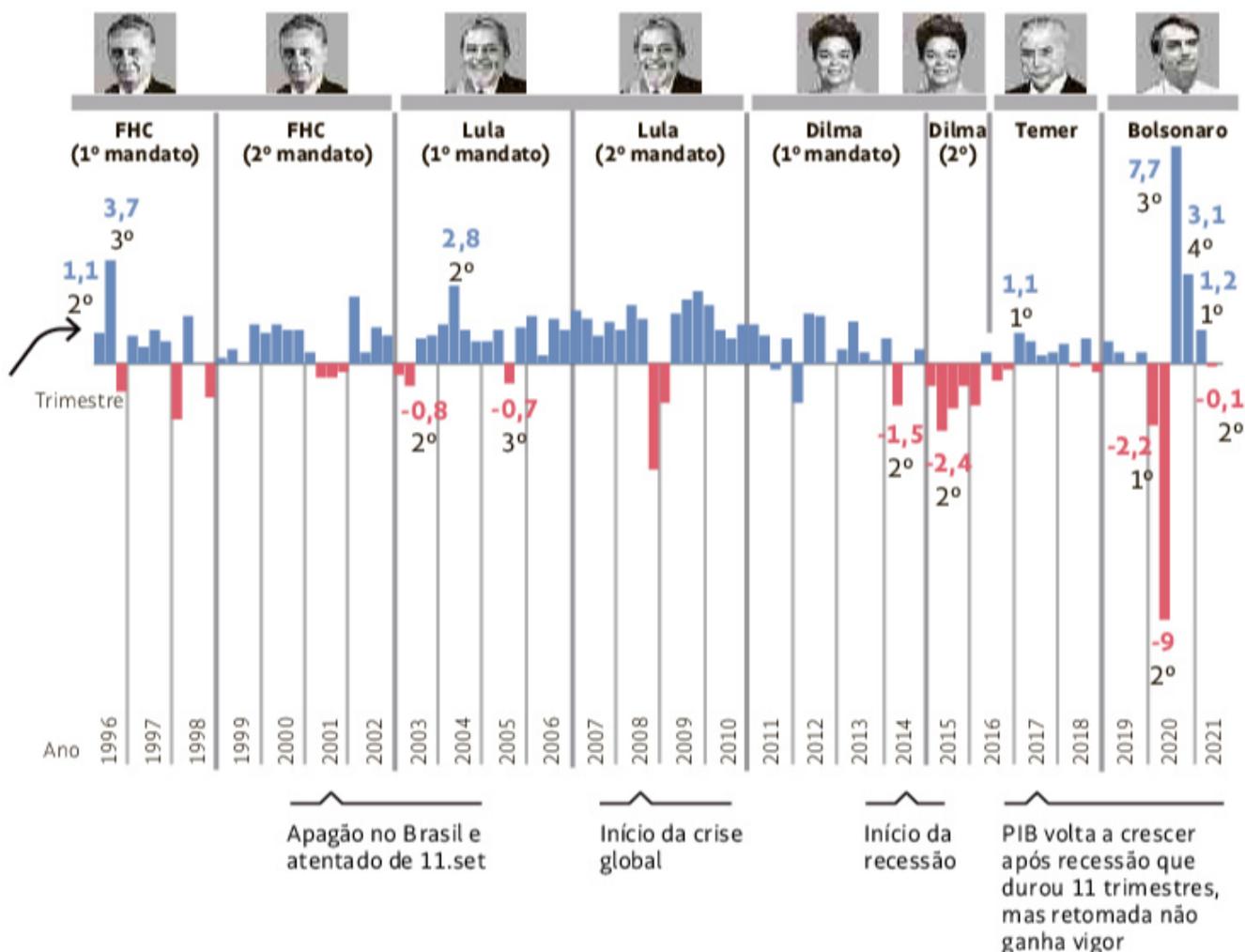
Ele também diz acreditar que os resultados do segundo trimestre devem levar a uma revisão das previsões de crescimento para este ano. "Não tem como fica otimista neste ano. Vamos crescer o suficiente para recuperar o ano passado, mas mesmo assim podemos ter problemas."

Quem achava que a economia iria crescer 5% em 2021 ainda não tinha colocado a crise hídrica na conta, diz Considera. "E ainda tem as provocações de conflitos diários do presidente. Não é de vez em quando, mas todo dia ele causa um dano político que eleva as incertezas e prejudica o funcionamento da economia. Não tem empresário que vai investir assim."

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Desempenho do PIB no 2º trimestre de 2021

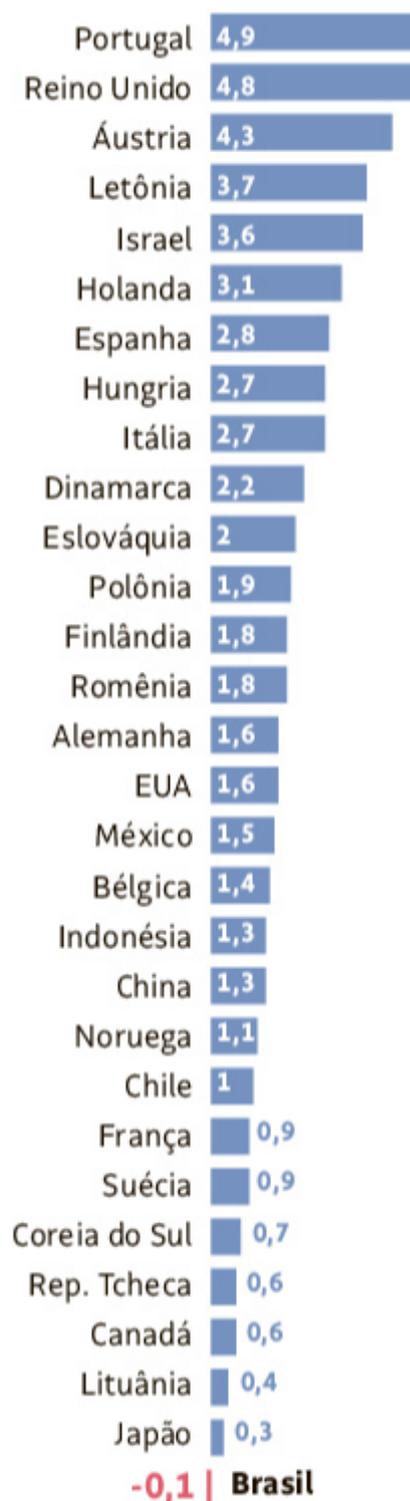
Variação do PIB em relação ao trimestre anterior, em %



Fonte: Série histórica com nova metodologia do IBGE, iniciada em 1996

PIB no 2º trimestre por países

Varição em relação ao
trimestre anterior, em %



Fonte: OCDE Data

Números confirmam cenário desafiador para 2022

Rafaela Vitória

Após a surpresa positiva do primeiro trimestre, o resultado do **PIB** brasileiro entre abril e junho trouxe uma reversão. A variação negativa de 0,1% no trimestre ficou abaixo das expectativas do mercado e confirma um cenário desafiador para o crescimento no segundo semestre e para 2022.

O dado consolidado mostra estabilidade, mas uma análise por setores que compõe o **PIB** continua mostrando dispersão muito significativa. O impacto da pandemia tem sido mais negativo e persistente em alguns segmentos, mas, por outro lado, ofereceu oportunidades para outros.

A indústria da transformação, por exemplo, teve queda no trimestre devido à falta de insumos com cadeias produtivas globais que ainda sofrem para retomar plenamente a atividade após o choque da pandemia. Na outra ponta, vimos o setor de tecnologia da informação crescer 5,6% no trimestre, resultado do aumento da digitalização em vários setores da economia.

A recuperação econômica também tem sido comprometida pela crise hídrica. Depois do forte crescimento em 2020, a agropecuária foi o destaque negativo no último trimestre, com queda de 2,8%.

Além dos resultados bastante diversos entre os setores, pelo lado da demanda, também vimos diferenças que refletem o atual cenário desafiador no Brasil. Enquanto as exportações tiveram crescimento de 9% no trimestre, mostrando uma demanda global robusta, principalmente pela mineração, o consumo interno decepcionou e ficou estagnado, mesmo com a volta do auxílio emergencial, a maior disponibilidade de crédito e o crescimento da mobilidade.

A esperada retomada mais eufórica do consumo pós-pandemia pode não se concretizar. A **inflação** mais alta e o emprego que demora para recuperar têm se refletido em menor disposição das famílias em retomar o consumo para os padrões pré-pandemia. Uma consequência que pode ser positiva para o futuro crescimento do **PIB** é a elevação da taxa de poupança, que chegou a 21% do **PIB**, recorde da série histórica desde 2000.

O consumo mais contido, por outro lado, deveria entrar na avaliação do cenário do BC, que indica mais aperto monetário à frente para conter a **inflação**. Nesse caso, a dose do aperto poderia ser menor, considerando que a fraca demanda interna não representa um risco adicional para futura trajetória da **inflação**.

O que esse resultado nos diz sobre o atual estado da economia? Alguns setores ligados a serviços ainda têm perspectiva de recuperação, com o avanço da vacinação e a redução das restrições em diversas atividades que ficaram para trás. A demanda externa deve continuar firme.

O principal risco para nosso crescimento hoje está na confiança, ou falta dela. Nas últimas semanas as discussões sobre os rumos da política fiscal no país e até disputas institucionais vêm gerando ruídos e resultam em um aumento da percepção de risco do mercado, que já causa aumento dos juros e pode levar a nova redução de investimentos pelas empresas e consumo das famílias.

O resgate da confiança é fundamental para a retomada do crescimento sustentável da nossa economia.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Defesa ganha reforço no Orçamento de 2022

Bernardo Caram e Thiago Resende

O Orçamento de 2022, entregue pelo governo Jair Bolsonaro ao Congresso Nacional nesta terça-feira (31), prevê um reforço nos recursos que podem ser usados livremente pelo Ministério da Defesa no próximo ano.

A pasta responsável por dirigir as Forças Armadas terá R\$ 11,8 bilhões em verbas discricionárias, conhecidas como não obrigatórias e que são usadas em gastos administrativos e investimentos.

O valor é R\$ 1,6 bilhão maior do que o Orçamento efetivo da pasta neste ano e R\$ 132 milhões acima do que havia sido proposto inicialmente pelo governo para 2021.

A lista de prioridades para o ministério inclui a construção de reator nuclear para submarino, compra de blindados, aviões e helicópteros militares e produção de sistemas de artilharia e defesa.

Numa análise por ministério, a pasta de Ciência e Tecnologia foi a que mais ganhou espaço, passando de R\$ 2,7 bilhões na proposta de Orçamento de 2021 para R\$ 6,6 bilhões no próximo ano.

O forte aumento se deve principalmente a recursos do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) que Bolsonaro chegou a vetar no início do ano.

Os valores que estão previstos para 2022 podem ser alterados pelo Congresso, que tem mais de R\$ 16 bilhões em emendas parlamentares para bancar projetos que sejam de seu interesse.

O Ministério do Desenvolvimento Regional, comandado por Rogério Marinho, também teve perda relevante.

A verba para a pasta, responsável por programas habitacionais, é R\$ 1,8 bilhão menor do que o proposto pelo governo para 2021 e R\$ 5,1 bilhões menor do que a atual, que inclui emendas parlamentares.

Na votação do Orçamento de 2021, deputados e senadores destinaram muitas emendas (verba reservada a eles) para obras em seus redutos eleitorais. A tendência é que novamente haja um aumento nos recursos de Marinho até a aprovação do

Orçamento de 2022, que deve ocorrer em dezembro.

O Ministério de Minas e Energia, que coordena o enfrentamento da crise energética no país, perdeu R\$ 3,6 bilhões em relação ao proposto pelo governo para o Orçamento de 2021 e também à verba efetiva atual.

A redução nos recursos da pasta se deve essencialmente ao valor de R\$ 4 bilhões que está na conta de 2021 para que seja criada uma estatal controladora de Itaipu e Eletronuclear. Na operação de privatização da Eletrobras, essas suas companhias serão mantidas na União.

Sem os recursos extraordinários ligados a essa operação, a verba para o Ministério de Minas e Energia em 2022 (R\$ 1,4 bilhão), na prática, sofre uma expansão em relação a 2020 (R\$ 952 milhões) e a 2021 (R\$ 1 bilhão), mesmo considerando a inflação do período.

Na mensagem presidencial que acompanha o PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual), o governo listou as prioridades dos ministérios.

Na Defesa, o documento afirma que cerca de R\$ 5,4 bilhões serão investidos em projetos das Forças Armadas.

A Marinha prevê gastos na área nuclear, com a construção de reator do primeiro sub-marino brasileiro com esse tipo de propulsão. Submarinos convencionais também serão produzidos em parceria com o governo na França.

O Exército deve implantar um sistema integrado de vigilância de fronteiras, além de investir em compra e modernização de blindados e produção de sistemas de artilharia e defesa de longo alcance.

Na Força Aérea Brasileira, estão previstos gastos com a compra de aviões e helicópteros militares.

Esses recursos não incluem as despesas com remunerações e pensões de militares. Para 2022, não há previsão de reajustes salariais para servidores civis, mas os membros das Forças Armadas manterão o direito aos ganhos previstos em acordo para aprovação da reforma da Previdência.

A reportagem entrou em contato com o Ministério da Defesa, mas não havia recebido resposta até a última versão deste texto.

Em junho, o ministro Braga Netto (Defesa) cobrou da equipe econômica aumento da verba das Forças Armadas até 2023. Ele afirmava que havia risco de os equipamentos militares ficarem sucateados se o pleito não fosse atendido.

Em ofício enviado ao ministro Paulo Guedes (Economia), o militar da reserva dizia que era preciso recompor o orçamento deste ano, melhorar a previsão de verba de 2022 e levar a dotação do ano seguinte a um patamar superior ao de 2014.

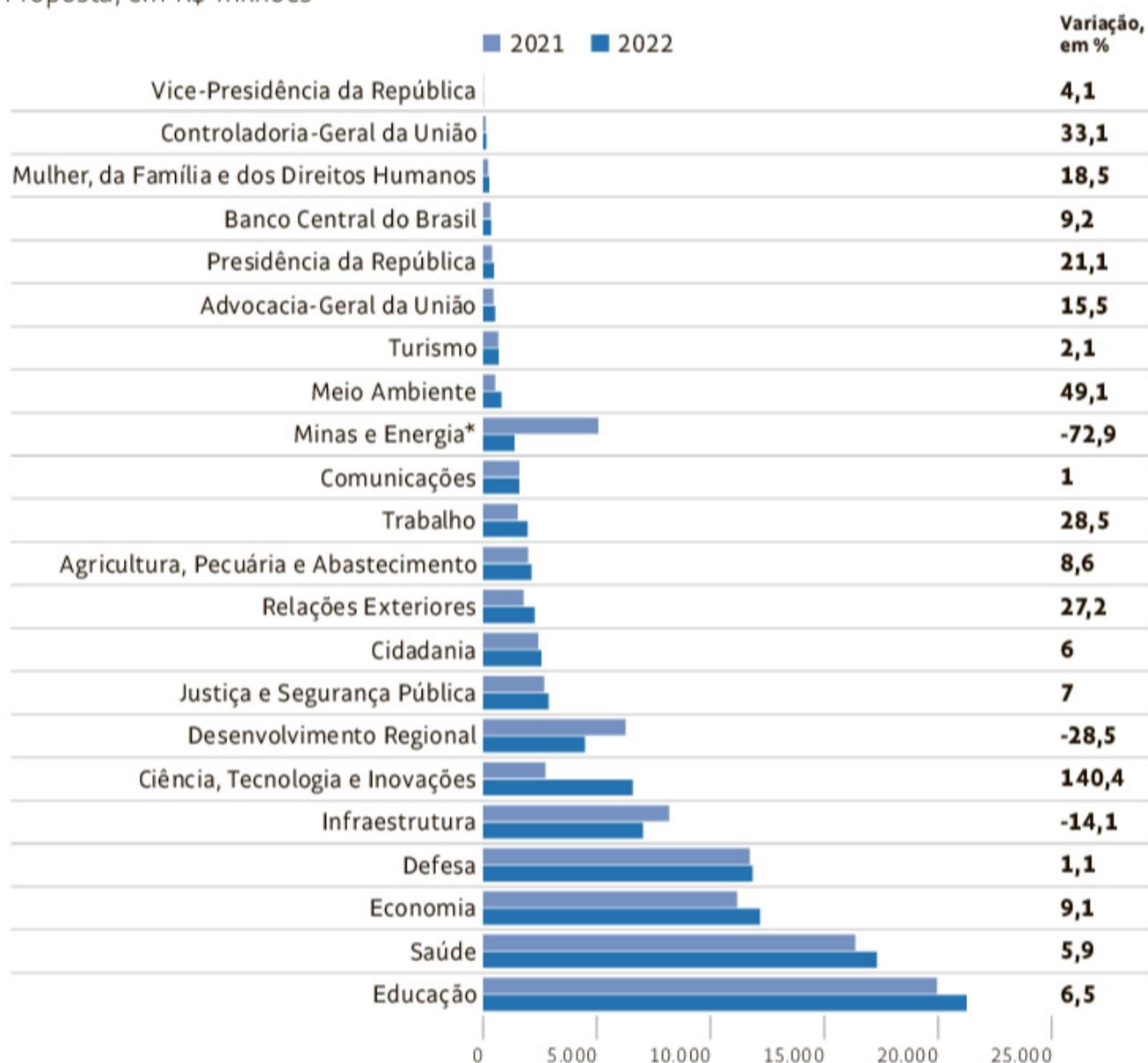
Entre os ministérios que mais ganharam espaço no projeto de Orçamento de 2022 também estão Meio Ambiente e a CGU (Controladoria- Geral da União).

Na área ambiental, o Ibama passa a ter uma verba maior, de R\$ 436 milhões. No projeto de Orçamento de 2021, esse valor foi de R\$ 260 milhões. Também houve aumento para o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), de R\$ 131 milhões neste ano para R\$ 265 milhões no próximo ano.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Despesas discricionárias por ministério

Proposta, em R\$ milhões



*Em 2021, recebeu R\$ 4 bilhões para criar estatal controladora de Itaipu e Eletronuclear
Fonte: Ministério da Economia

Bolsonaro diminui em 85% verba para compra de vacinas

Bernardo Caram, Natália Cancian e Thiago Resende

O governo Jair Bolsonaro (sem partido) reservou para compras de vacina contra a Covid-19 em 2022 um valor 85% menor do que o previsto para 2021. De acordo com o Orçamento do ano que vem apresentado ao Congresso na terça (31), serão R\$ 3,9 bilhões para aquisição de imunizantes, contra R\$ 27,8 bilhões autorizados para a mesma finalidade neste ano.

Segundo representantes do Ministério da Saúde, o valor será destinado à compra de vacinas da AstraZeneca produzidas com insumos da Fiocruz, além de seringas.

O montante é suficiente para o governo adquirir somente 140 milhões de doses da AstraZeneca, quantidade que não chega nem a cobrir o necessário para uma aplicação em toda a população adulta -o Brasil tem hoje cerca de 160 milhões de pessoas com 18 anos ou mais.

Para justificar a diminuição do valor, membros da pasta afirmam que o cenário da pandemia ainda é incerto e que há possibilidade que parte das doses já adquiridas em 2021 sobrem e possam ser utilizadas no próximo ano. Eles dizem ainda que possíveis novos contratos com outros fornecedores, caso necessários, seriam fechados até dezembro para garantir entregas em 2022.

A definição deve ocorrer conforme surgirem dados de novos estudos sobre aplicação de doses de reforço, apontam -o que pode fazer com que mais recursos também sejam necessários. Ainda segundo o grupo, a previsão de 140 milhões de doses foi calculada com base em uma projeção de entregas da Fiocruz.

Em nota, o Ministério da Saúde afirmou que aguarda resultados de estudos em andamento para avaliação da necessidade de vacinas no próximo ano.

Segundo o Ministério da Saúde, "poderá haver adequação das previsões das despesas durante a tramitação do texto no Congresso, bem como suplementações orçamentárias a depender da evolução da pandemia".

Em mensagem presidencial que acompanhou o

projeto do Orçamento, o governo afirmou que está atuando de forma preventiva ao antecipar a previsão da verba. Ponderou ainda que é "impossível dimensionar situações imprevisíveis que podem demandar atuação imediata do poder público".

"Os montantes alocados representam reforço nas ações relacionadas ao enfrentamento da Covid-19, em relação aos valores previstos no PLOA [Projeto de Lei Orçamentária Anual] 2021", afirmou.

Ao apresentar esse argumento, o governo não menciona que o Orçamento deste ano não previu verba de combate ao coronavírus porque, quando a proposta foi apresentada, em agosto de 2020, o Executivo não considerava a possibilidade de uma segunda onda da pandemia.

Além disso, quando a doença avançou, o governo optou por fazer gastos extraordinários, que não entram no Orçamento.

Até este ano, despesas com a compra de imunizantes contra a Covid-19 foram feitas por meio de créditos extraordinários. Esse mecanismo, usado em situações imprevistas e de urgência, deixa a contabilização dos gastos fora das regras fiscais, o que facilita a liberação.

Para -2022, a decisão inicial do governo é que a despesa com vacinas será feita dentro do Orçamento. Isso impacta, por exemplo, a regra do teto -norma que limita o crescimento dos gastos do governo à variação da **inflação**.

A avaliação do secretário especial do Tesouro e Orçamento, Bruno Funchal, é que não é possível classificar esse gasto, no momento, como algo imprevisto ou urgente. Ele justificou que a vacinação no país já está avançando e o número de mortes pela Covid-19 está caindo.

O secretário afirmou que se esse cenário eventualmente mudar, trazendo de volta a imprevisibilidade, seria possível liberar os créditos extraordinários.

No projeto orçamentário para 2022, a aplicação mínima em Saúde pelo governo foi ampliada em R\$ 10,7 bilhões. Desse total, o ministério decidiu que R\$

7,1 bilhões serão destinados a ações de combate à pandemia -é neste valor que estão os os R\$ 3,9 bilhões para as vacinas.

A título de comparação, o gasto do Ministério da Saúde com enfrentamento da pandemia foi de R\$ 70,8 bilhões em 2020 e está previsto em R\$ 53,7 bilhões neste ano. A pasta disse que "o enfrentamento da Covid-19 e seus efeitos sobre a saúde pública foi elemento central da proposta orçamentária para 2022"

De acordo com o secretário do Orçamento Federal, Ariosto Culau, há uma dose de incerteza sobre a vacinação no ano que vem, por exemplo, em relação ao número de imunizantes e à aplicação de reforço.

"O cenário é bastante incerto, o cenário de definição de recursos para a vacina depende da população vacinável. Qual a vacina que vou dar? Tem vacinas de US\$ 5 a US\$ 15.0 Ministério da Saúde adotou premissa que compatibiliza capacidade de financiamento e as demais prioridades. E priorizou de fato o combate à Covid", disse.

Há duas semanas, Culau havia afirmado que o plano de imunização contra a Covid-19 em 2022, inclusive a proposta de oferecer a terceira dose à população, poderia ficar comprometido se o Congresso não aprovasse a proposta do governo para reduzir os gastos com precatórios (dívidas reconhecidas pela Justiça).

Mesmo sem solução para o problema dos precatórios, o Orçamento de 2022 foi apresentado com a verba de R\$ 3,9 bilhões para essa função. Segundo o secretário, foi respeitado o valor solicitado pelo Ministério da Saúde.

Recente mente, a pasta afirmou que pretende concluir a vacinação de toda a população adulta com duas doses -ou com dose única, no caso do imunizante da Janssen- até o fim de outubro deste ano.

Ao mesmo tempo, o ministério já prevê a aplicação de novas doses de reforço para idosos acima de 70 anos e imunossuprimidos a partir da segunda quinzena de setembro.

A inclusão de novos grupos deve ser avaliada nos próximos meses, em conjunto com a conclusão de estudos sobre a necessidade de uma possível terceira dose para quem foi vacinado com a Coronavac e com outros imunizantes.

Nos últimos meses, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, já vinha colocando como alta a probabilidade de precisar de mais doses para uma

nova rodada de vacinação em 20-22.0 formato da estratégia -se apenas como reforço ou em uma nova campanha- ainda é avaliado.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

R\$ 3,9 bi

é o valor previsto para a compra de vacinas em 2022

R\$ 27,8 bi

foi a quantia autorizada para a aquisição de imunizantes em 2021

140 milhões

é a quantidade de doses da AstraZeneca que é possível comprar com R\$ 3,9 bilhões, o número não chega a cobrir o necessário para uma aplicação em toda a população adulta (são 160 milhões de brasileiros com 18 anos ou mais)

Estiagem derruba agro e projeção é de cenário ainda pior

Vinicius Neder, Julliana Martins, Isadora Duarte

A retração de 2,8% no Produto Interno Bruto (**PIB**) da agropecuária no segundo trimestre, na comparação com os três primeiros meses do ano, traz os primeiros impactos da estiagem, mas o pior ainda está por vir. Com a seca, já houve revisões para baixo nas projeções para a safra agrícola de 2021, especialmente por causa da produção de milho. Diferentemente do primeiro trimestre, quando a agropecuária, entre outras atividades exportadoras, foi um dos motores da recuperação, não será possível contar muito com o campo para impulsionar a economia até o fim do ano.

"Os números do segundo semestre do ano serão marcados pelos efeitos da seca em culturas como a cana-de-açúcar, o café, mas, sobretudo, o milho", disse José Carlos Vannini Hausknecht, sócio diretor da consultoria MB Agro.

No início do ano, as perspectivas de mais uma safra recorde sustentavam as apostas de que o agronegócio, que já tinha ficado mais ou menos imune à pandemia em 2020, seria um dos motores da retomada em 2021.

A alta nas cotações das "commodities" (matérias-primas com negociação internacional) agrícolas estimulou investimentos em tecnologia, maquinário, insumos e no plantio de grãos. No primeiro trimestre, o **PIB** da agropecuária saltou 6,5% ante o quarto trimestre e avançou 5,2% sobre os três primeiros meses de 2020, impulsionado pela supersafra de soja.

O grão foi colhido, só que as chuvas não vieram. A estiagem já se fez sentir no segundo trimestre, mas em menor grau, conforme Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O pior está por vir porque a produção de milho, que já pesou negativamente na comparação do desempenho da agropecuária com o segundo trimestre de 2020, não é uma cultura de destaque nesses períodos. A maior parte da produção no Brasil é colhida no segundo semestre, na chamada segunda safra - que já foi chamada, no passado, de "safrinha", mas, atualmente, é superior à primeira safra.

"Para o segundo semestre, o clima é a maior

preocupação.

Acompanhamos com receio os possíveis impactos do clima sobre a safra 2021/22 com seca no Centro-Oeste e a questão hídrica dos reservatórios, que vai aumentar o custo de produção especialmente de aves e pecuária de leite", disse o coordenador do Núcleo Econômico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Renato Conchon.

Geada. Conforme o IBGE, o desempenho negativo da produção de café, na comparação do segundo trimestre deste ano com igual período de 2020, também pesou. Os campos de café foram atingidos pelas geadas, mas não foi esse o principal motivo para a contribuição negativa. O ciclo do café é mais longo, passa de um ano. Assim, as safras são marcadas por ciclos bienais, ou seja, anos de forte produção são seguidos por anos de produção mais fraca.

Neste ano é de produção mais fraca - em 2020, a safra de café atingiu recorde histórico.

"A crise hídrica vai afetar a taxa de crescimento do **PIB** da agropecuária no ano. Se olharmos o segundo trimestre contra o primeiro, não tem tanto a ver. Se olharmos no ano, é lógico que a agropecuária será prejudicada pelas condições climáticas", afirmou Rebeca.

Em baixa

6,5% foi a alta do **PIB** do agronegócio no primeiro trimestre deste ano ante ao quarto trimestre de 2020. Crise hídrica deve afetar o resultado do segmento em 2021

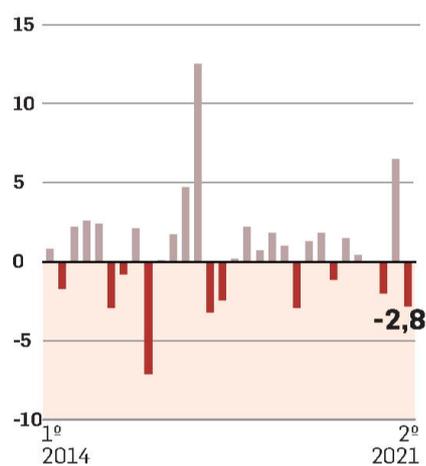
Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A ECONOMIA POR SETORES

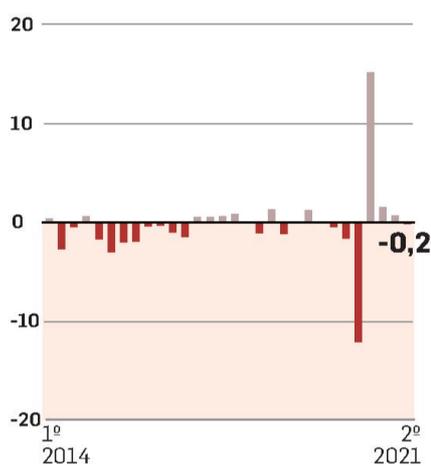
● Agro perde fôlego

VARIAÇÃO ANTE TRIMESTRE ANTERIOR, EM PORCENTAGEM

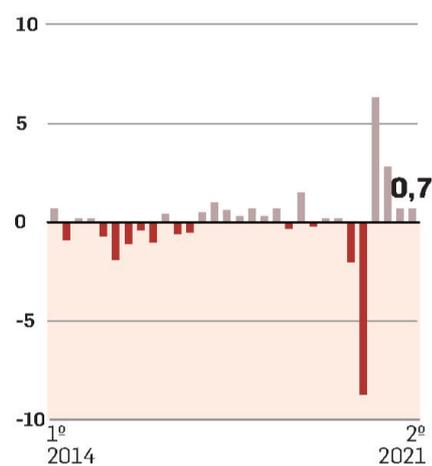
Agropecuária



Indústria



Serviços



FONTE: IBGE

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Mais um PIB medíocre nos espera no fim do governo

Alexandre Calais

O gráfico trimestral da economia brasileira terá mais uma barrinha vermelha.

O **PIB** do segundo trimestre do ano caiu 0,1%, enquanto os especialistas esperavam uma alta de 0,2%. Mais uma vez, efeito da pandemia do coronavírus.

Mas o número negativo no trimestre nem chega a ser uma novidade. Os "voos de galinha" são uma constante, e assim nós vamos acumulando décadas perdidas, desde os anos 1980, com alguns intervalos de crescimento e esperança no meio.

O resultado não altera muito as projeções de crescimento da economia para o ano. Por enquanto, ainda se aponta algo como 5% de aumento. Boa parte disso, porém, é efeito estatístico, a recuperação da queda de 4,1% no ano passado. As discussões, na verdade, já estão muito mais concentradas em 2022. O ano em que realmente saberíamos se a recuperação em "V" alardeada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, teria força para se sustentar.

Não parece ser o caso. As projeções para o próximo ano, que estavam em 3,5% no fim de 2020, agora já começam a ficar abaixo de 2%. O que aconteceu para essa deterioração das expectativas? A questão fiscal, sem dúvida, é um ponto fundamental.

Há meses pairam no ar indicações de que o teto de gastos será rompido, de alguma forma. E o teto é a única âncora fiscal que resta, é o único indicativo de que o governo será responsável com o dinheiro que arrecada de cada um de nós.

Nesse sentido, a antecipação do calendário eleitoral claramente não ajuda em nada.

Temos um presidente há tempos em campanha aberta pela reeleição. E o temor de todo mundo é como conciliar responsabilidade nos gastos públicos com a necessidade de benesses eleitorais capazes de reverter a queda na popularidade.

Há uma tempestade perfeita no horizonte: **inflação** persistente, juros em elevação, desemprego alto. O

cenário internacional começa a ficar um pouco mais turvo. E, para piorar, surge uma crise energética. No final de quatro anos de governo, teremos acumulado mais um período de crescimento medíocre. E seguimos à espera de um projeto de País que consiga nos tirar dessa armadilha da qual, às vezes, temos a impressão de que nunca conseguiremos escapar.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Guedes reafirma "volta em V" no Brasil



Comparação. Ministério liderado por Guedes destaca que, no acumulado de 12 meses, Brasil supera países desenvolvidos

Idiana Tomazelli

Apesar da queda no Produto Interno Bruto (**PIB**) no segundo trimestre de 2021, o ministro da Economia, Paulo Guedes, reafirmou ontem que a economia "voltou em V", recuperando-se da recessão provocada pela pandemia de covid-19. Segundo ele, a queda mostra que a economia ficou "praticamente de lado", ou seja, estável.

"Diziam que eu estava em universo paralelo quando eu dizia que Brasil ia voltar em V", disse o ministro durante o lançamento da agenda legislativa da Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo.

"A economia voltou em V, estamos crescendo novamente.

Hoje saiu um dado (**PIB**), é praticamente de lado.

Como foi -0,05%, arredondou para -0,1%. Se fosse -0,04% era zero", afirmou. "Não podemos nos deixar abater. Conversa derrotista, que Brasil não vai crescer, vai parar... Isso só depende de nós. Brasil voltou em V porque não nos deixamos abater.

Podemos crescer bastante no ano que vem", disse o ministro, embora a maior parte de uma centena de instituições financeiras consultadas pelo Banco Central espera no ano que vem expansão de 2% do **PIB** e alguns economistas preveem, inclusive, número menor. "Se vai ser 2%, 3%, 4% (o crescimento em 2022), depende de nós", disse.

Guedes afirmou que o segundo trimestre foi o "mais difícil", devido ao novo pico de casos e mortes pela covid-19 e seus impactos na economia. Nesse período, vários locais voltaram a impor restrições à circulação e reforçaram a adoção de medidas de distanciamento social.

Segundo o IBGE, o **PIB** registrou ligeira queda de 0,1% no segundo trimestre em relação aos três primeiros meses do ano.

No primeiro trimestre de 2021, a economia havia surpreendido com um aumento de 1,2% no **PIB** na comparação com os três últimos meses de 2020. A retomada do início do ano foi puxada por atividades voltadas à exportação, como a agropecuária e a indústria extrativa, enquanto a demanda interna foi mais morna.

Guedes ressaltou que, apesar do recrudescimento da pandemia no segundo trimestre de 2021, o governo "manteve responsabilidade fiscal". "Brasil enfrentou desafio extraordinário, mas pagando custos", disse.

"Não faltou dinheiro para saúde, mas mantivemos compromisso de controle das despesas", afirmou.

O ministro disse ainda que o governo tem seguido a agenda proposta desde o início da gestão e mantido a interlocução com empresários.

Ele reconheceu que "é uma agenda difícil", mas afirmou que há avanços e repetiu que o Congresso é "reformista" e acrescentou: "Não perdemos a bússola, todas as reformas estão integradas".

"Qualidade." Apesar do desempenho negativo da economia entre abril e junho, o Ministério da Economia avaliou em **comunicado** que o País tem tido uma recuperação econômica mais rápida do que a de outros países.

"Mais relevante do que observar o número do crescimento é analisar a sua qualidade", disse a pasta. "No acumulado em 4 trimestres, o Brasil supera países desenvolvidos como o Reino Unido e Alemanha e em relação aos emergentes, fica atrás apenas da China e do Chile", destacou, na nota.

A Economia ressaltou que a recuperação vem sendo puxada pelo setor privado, com aumento de investimentos e poupança.

O ministério citou "a não continuidade da consolidação fiscal, o recrudescimento da pandemia e o risco hídrico" como os principais riscos à recuperação esperada nos próximos meses. O governo espera um crescimento de 5,3% no ano, seguido de uma alta de 2,51% no **PIB** do ano que vem.

Com resultado, País fica em 28º lugar em ranking mundial

Com o resultado do 2º trimestre, o Brasil caiu nove posições no ranking de crescimento econômico elaborado pela agência classificadora de risco Austin Rating. O País ficou em 28º lugar, numa lista com 44 países. O ranking é liderado por países europeus, mais avançados no processo de vacinação.

"O ponto é que, quando a vacinação demora a acontecer, existe um efeito na confiança das famílias, do consumidor, do empresário, do investidor. Não se sabe quando o momento crítico vai ser superado", disse Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating e autor do levantamento.

Ele frisou que alguns países que lideram o ranking tiveram resultados mais fracos no primeiro trimestre.

O Brasil aparece atrás de países sul-americanos como Chile (1%) e Peru (0,9%). No topo da lista, estão Portugal (4,9%), Reino Unido (4,8%), Letônia (4,4%), Áustria (4,3%) e Islândia (4,2%).

Além do Brasil, outros dez países apresentaram queda da atividade econômica no segundo trimestre, frente ao primeiro. O pior desempenho nessa comparação ficou para a Colômbia, com retração de 2,4%. Também apareceram com taxas negativas países como Croácia (-0,2%) e Canadá (-3%), por exemplo, conforme o levantamento.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Projeto de reforma administrativa deixa a desejar (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Resultado do PIB no segundo trimestre liga alerta para 2022 (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Carlos pagou R\$ 150 mil em dinheiro vivo com salário de R\$ 4,5 mil

RAYANDERSON GUERRA
rayanderson.sou2a@infoglobo.com.br

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Setor externo perderá fôlego com demanda menor e incerteza

Marta Watanabe e Anais Fernandes De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186996?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186996?page=1§ion=1

País vai na contramão global e tem o 40º pior desempenho no período

Álvaro Fagundes De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186996?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186996?page=1§ion=1

Economia debilita Bolsonaro, diz pesquisa

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186996?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186996?page=1§ion=1